



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



KEEZE MONTALVÃO FONSECA DA SILVA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2015/2

KEEZE MONTALVÃO FONSECA DA SILVA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.

Relatório de Estágio Supervisionado I, II e III apresentado ao Departamento de Serviço Social e à disciplina Laboratório de Ensino e Prática na Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Profª Mestre Flávia Augusta S. de Melo Lopes.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2015/2

## FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

### 1 . UNIDADE DE ENSINO

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Serviço Social (DSS)

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze - CEP 49100-000 - São Cristóvão/SE

Telefone: 2105-6778

Disciplinas: Estágio Supervisionado I, II e III / Laboratório de Ensino e Prática I, II e III.

Estágio Supervisionado I, II e III: 450 horas.

### 2 . ESTAGIÁRIA

Nome: Keeze Montalvão Fonseca da Silva

E-mail: [keezefonseca@yahoo.com.br](mailto:keezefonseca@yahoo.com.br)

Período de realização do Estágio: 2014/2 a 2015/02

### 3 . INSTITUIÇÃO DE ESTÁGIO

Instituição: Abrigo Marinete Alves do Nascimento

### 4 . UNIDADE DE ESTÁGIO

Endereço: Rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE.

Telefone: (79) 3214-1309

E-mail: [abrigo.marinete@aracaju.se.gov.br](mailto:abrigo.marinete@aracaju.se.gov.br)

### 5 . SUPERVISORES

Supervisor de Campo: Jonathan Rabelo Maia

Nº do CRESS/SE: 1685

E-mail: [flarabelinho@hotmail.com](mailto:flarabelinho@hotmail.com)

Supervisor de Campo: Lidiane Costa Souza

Nº do CRESS/SE: 1168

E-mail: [lidianecsouza@ig.com.br](mailto:lidianecsouza@ig.com.br)

Supervisora Acadêmica: Profª. Mestre Flávia Augusta S. de Melo Lopes

Nº do CRESS/SE: 1820

E-mail: [flavia.augustas@hotmail.com](mailto:flavia.augustas@hotmail.com)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e força para alcançar mais esse objetivo.

Agradeço a minha família pela paciência que tiveram comigo durante todo o processo de formação profissional, principalmente a minha irmã Tayse, que esteve sempre ao meu lado cuidando dos meus filhos Luana, Gustavo e Guilherme (recém nascido) nos momentos de ausência e também de mim – meu braço direito. Ao meu esposo Edson que sempre me incentivou, obrigada pela paciência e por ter ficado ao meu lado nos momentos de crise, nunca deixou que o desânimo tomasse conta de mim e que eu desistisse. À minha mãe, irmãs, sogra, sogro e cunhada pelo carinho e preocupação que demonstraram nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Agradeço à professora orientadora Flávia Augusta pela paciência e compreensão nesta caminhada.

Agradeço a todos as pessoas que fazem parte do abrigo Marinete Alves do Nascimento, e em particular aos assistentes sociais Lidiane e Jonathan pelo apoio e pelas orientações sábias.

Aos meus colegas de curso e aos amigos do dia a dia que sempre me deram força nos momentos de desânimo.

## **LISTA DE FIGURAS**

1 FIGURA 1: Organização do abrigo de acordo com as equipes.....	27
2 FIGURA 2: Fluxograma de chegada de uma criança ou adolescente até sua saída da instituição.....	31

## **LISTA DE GRÁFICOS**

1 GRÁFICO 1: Motivos que originaram o abrigamento.....	35
2 GRÁFICO 2: Estatística por tipos de violência doméstica.....	36
3 GRÁFICO 3: Quem encaminhou ao abrigamento.....	37

## **LISTA DE QUADROS**

1 QUADRO 1: Recursos Humanos.....	44
2 QUADRO 2: Material de Expediente.....	45
3 QUADRO 3: Cronograma.....	45

## **LISTA DE SIGLAS**

BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CAPs	Centro de Atendimentos Psicossociais.
CF	Constituição Federal.
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social.
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social.
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar.
FUNAD	Fundo Nacional Antidrogas.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
LBA	Legião Brasileira de Assistência.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social.
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
PETI	Programa de Erradicação e Trabalho Infantil.
PIA	Plano Individual de Atendimento.
SEMFAS	Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social.
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
SESI	Serviço Social da Indústria.
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

SUAS      Sistema Único de Assistência Social.

SUS      Sistema Único de Saúde.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	09
<b>2 CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO, QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE</b>	13
2.1 A Historicidade da Política de Assistência no Brasil	14
2.2 Proteção à Infância e Adolescência no Brasil até o Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	20
2.3 Estudo e Análise da Instituição	23
2.4 Serviço Social na Instituição	27
<b>3 CAPÍTULO II: PROJETO DE INTERVENÇÃO – TRABALHANDO COM AS MENINAS DO ABRIGO MARINETE ALVES DO NASCIMENTO - DROGAS: “A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO”</b>	33
3.1 Apresentação	33
3.2 Localização do Problema	34
3.3 Dados Estatísticos do Abrigo Marinete Alves do Nascimento de 2013 a abril de 2015	35
3.4 Justificativa	39
3.5 Objetivos	39
3.5.1 Objetivo Geral	39
3.5.2 Objetivos Específicos	39
3.6 Público Alvo	39
3.7 Metas	39
3.8 Contextualização do Objeto de Intervenção	40
3.9 Metodologia	43
3.10 Avaliação	44
3.11 Recursos Humanos	44
3.12 Recursos Materiais	45
3.13 Cronograma	45
<b>4 CAPÍTULO III: SISTEMA DE OPERACIONALIZAÇÃO</b>	46
4.1 Avaliação Geral	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	54
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	56
<b>7 APÊNDICES</b>	58
APÊNDICE I- TEATRO DE FANTOCHE	58
APÊNDICE II- FICHA DE AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENTE AO PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO	59
APÊNDICE III- FICHA DE AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, COORDENAÇÃO DO ABRIGO E SUPERVISORA PEDAGÓGICA REFERENTE AO PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO	60
APÊNDICE IV: OFÍCIO AO SUPERINTENDENTE DO SESI	61
APÊNDICE V: OFÍCIO AO CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO DO CFAP	62
APÊNDICE VI: FOTOGRAFIAS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	63



## 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se a experiência de Estágio Supervisionado I, II e III realizado no Abrigo Marinete Alves do Nascimento em períodos alternados, manhã ou tarde. O abrigo possui como esfera administrativa/governamental o município de Aracaju e fica localizado na rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas em Aracaju/Se. Como é um abrigo de crianças e adolescentes com idade entre 07 a 18 anos incompletos, o regime de funcionamento é de vinte e quatro horas. Este abrigo faz parte do modelo de atenção ao cuidado da política de assistência social e, está vinculado à Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS).

Observa-se que crianças institucionalizadas em abrigos são direcionadas para estes espaços quando estas têm seus direitos violados, ou seja, por abandono por parte dos pais, maus tratos, violência física ou moral, etc; afastando-as da **família natural**<sup>1</sup> e encaminhando-as para um ambiente seguro, até que sua situação seja definida. Esclarece-se que “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) que em 2004 realizou um estudo, apontou que os principais motivos de se colocar crianças em abrigos eram a carência de recursos materiais da família (24,5% dos casos analisados), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência na rua (7%).

O estágio supervisionado é um momento ímpar na vida de cada estudante e principalmente os de Serviço Social, pois é nesse momento que nos aproximamos das expressões da questão social, por estarmos no espaço institucional, como também aliamos todo o nosso conhecimento adquirido com a prática profissional sob supervisão técnica e pedagógica, ou seja, relacionamos a teoria com a prática. Nesse sentido é necessário destacar o que a resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, diz:

[...]“O Estágio Supervisionado é uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional de campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e

---

<sup>1</sup>**Família Natural:** assim entendida a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (art. 25, caput, ECA. Brasil, 1990).

organizações que oferecem estágio”, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº492/2001, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, que veio aprovar as diretrizes curriculares para o curso de serviço Social.

Segundo a Lei de Estágio nº 11.788 de 25/09/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes, no seu artigo 1º:

[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental da modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio na formação profissional é de grande significância na aprendizagem profissional, é neste momento que conhecemos uma determinada realidade institucional e correlacionamos teoria com a prática profissional com um viés crítico, reflexivo e investigativo. Segundo Oliveira,

[...] o estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação à realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social.(2000, p. 09)

O estágio em Serviço Social tem que estar correlacionado com as dimensões ético-políticas, técnico operativa e teórico metodológica, como diz Iamamoto,

[...] o estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizada por um(a) professor(a) de Serviço Social (...) que assume o papel de supervisor acadêmico. (1998, p. 290)

Como também aliado ao projeto ético político que é materializado no código de ética profissional, nas diretrizes curriculares e na lei de regulamentação da profissão, sem esses três fundamentos de bases teórica a formação de estudantes em Serviço Social estaria comprometida, pois no código de ética, de forma breve e resumida, estão estabelecidos

princípios fundamentais, direitos e deveres dos assistentes sociais, suas relações com os usuários e instituições; as diretrizes curriculares com a lógica curricular mínima para as unidades de ensino superior com os respectivos núcleos de fundamentação teórico-metodológico da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional que são de grande importância para a formação no curso de Serviço Social a nível de graduação, pois é esse currículo mínimo que norteia as unidades de ensino superior tendo esses três eixos como base do referido curso; e a lei de regulamentação que dispõe sobre a profissão de assistente social, e dentre suas resoluções, as atribuições privativas do assistente social.

O período de realização do estágio supervisionado compreendeu o período de 2014/2 a 2015/2 com uma carga horária de 450 horas, sendo que no estágio I o principal objetivo foi garantir a inserção do aluno no espaço institucional com intuito ao exercício das competências profissionais nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; proporcionar uma dinâmica de supervisão de estágio junto aos atores envolvidos no processo (supervisores/ estagiários) que assegure a formação profissional crítica e coerente com o projeto ético-político da profissão; propiciar o desenvolvimento de uma postura investigativa junto ao estagiário que lhe possibilite conhecer e problematizar as expressões da “questão social” particularizadas no contexto institucional e a política setorial desenvolvida; proporcionar o conhecimento e análise institucional, ações desenvolvidas pela instituição, em particular aquelas executadas pelo Serviço Social. No estágio II foi estabelecer uma dinâmica de supervisão de estágio (plano de ação) junto aos atores envolvidos no processo (supervisores/estagiários) que assegure a formação profissional crítica, propositiva e interventiva, coerente com o projeto ético-político da profissão; proporcionar ao aluno, o desenvolvimento de uma postura investigativa junto ao objeto de intervenção, enquanto uma expressão da “questão social” particularizada no contexto institucional; aprofundar o estudo da política social setorial na qual o aluno está inserido, como componente indispensável para o enfrentamento das expressões da “questão social”; desenvolver as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas na elaboração do projeto de intervenção e encaminhamentos prévios para sua implementação; e aprofundar o desenvolvimento de habilidades de sistematização escrita dos estudos/observações, visando a continuidade do processo de formação/aprendizado profissional, considerando o estágio supervisionado enquanto totalidade. Já no estágio III foi proporcionar uma experiência de atuação profissional supervisionada com vistas ao exercício prático das habilidades e competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas; oportunizar a utilização de

instrumentos técnico-operativos próprio do exercício profissional em Serviço Social; executar as ações propostas no Projeto de Intervenção; e avaliar o desenvolvimento do projeto e seus impactos na população usuária dos serviços.

Não podemos nos esquecer que a formação profissional do assistente social tem que ser pensada de forma contínua, não apenas durante o processo de formação, concordando com Oliveira,

[...] a formação profissional compreendida como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação adquirida a acabada, durante o período de um determinado curso, necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social, expressa pelos aspectos estruturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade, e também pela compreensão da própria história da profissão. (2000, p. 02)

Seguindo a linha de pensamento da autora acima, concorda-se que a formação profissional tem que estar constantemente em qualificação, em formação de acordo com as mudanças e as necessidades de cada período da história e da sociedade.

Este relatório contém três capítulos. No primeiro aborda-se a contextualização do estágio, questão social na contemporaneidade; a história da política de assistência no Brasil, a proteção da infância e adolescência no Brasil até o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); estudo e análise do abrigo Marinete Alves do Nascimento bem como do Serviço Social; o segundo capítulo versa sobre a elaboração de um projeto de intervenção e o capítulo três sobre o sistema de operacionalização do referido projeto e as considerações finais.

## 2 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO, QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

O significado da expressão questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade. Ela surgiu na Europa, no século XIX, na sociedade capitalista para exigir a formulação de políticas sociais em favor da classe operária que se encontravam na pobreza. Neste momento transformações políticas, econômicas e sociais ocorriam devido a Revolução Industrial, o pauperismo era aparente. Segundo NETTO (2001, p. 42),

[...] a pauperização massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial- concorrencial [...] era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava.

Com o processo de industrialização e urbanização, a população se encontrava em extrema pobreza, pobreza esta que aumentava com o desenvolvimento do capitalismo, apesar do indivíduo ter a chance de produzir não tinha condições de ter acesso ao que produzia.

[...] o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constituída do desenvolvimento capitalista. (NETTO, 2001, p. 45)

Para Iamamoto (2001), a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação mantém privada por uma parte da sociedade, a burguesa. Ainda concordando com Iamamoto, é preciso repensar a questão social hoje de forma diferente daquelas tratadas no período da Revolução Industrial, porque houve profundas mudanças no padrão de acumulação.

[...] a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular, em que tanto o novo quanto o velho se altera. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a. (IAMAMOTO, 2001, p. 37)

Embora a questão social esteve e está presente em diferentes momentos da história, a raiz é uma só, a contradição entre o capital e trabalho, gera desigualdade, desemprego, fome, violência, exclusão social, pobreza, precariedade das condições de trabalho etc.

Como se observa na obra de Yamamoto (2001), Questão social no Capitalismo Contemporâneo, a expressão “questão social” surgiu no Brasil em 1930, no governo de Getúlio Vargas, como reflexo das grandes transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Europa decorrente do processo de industrialização. Mais tarde com o neoliberalismo, e o intervencionismo mínimo do Estado, em meados da década de 1990, com a reforma do Estado que se iniciou no governo de Fernando Collor de Melo, houve um desmonte das políticas sociais, enfraquecendo o social e levando parcela dos pauperizados a uma exclusão ainda mais perversa. E o capitalismo se mantendo no seu ciclo de produção e reprodução, apesar de suas crises, tendo como finalidade o lucro e a exploração do trabalhador.

## **2.1 A HISTORICIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL**

No Brasil a história das políticas sociais teve sua trajetória atrelada em grande parte pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas internacionalmente.

Segundo PEREIRA (2006), em sua obra *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*; a política social brasileira teve seus momentos de expansão durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras, e isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira.

Segundo Titmuss (1974) *apud* Pereira (2006), o caso brasileiro afigura-se como um misto ou combinação de elementos presentes na classificação de Esping-Andersen (1991), a saber: intervenções públicas tópicas e seletivas – próprias dos modelos liberais; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos conservadores; e ainda estabelecimento de esquemas universais e não contributivos de distribuição de benefícios e serviços – característicos dos regimes social-democratas. E tudo isso foi mesclado às práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política, de larga tradição no país.

Ainda conforme a autora Pereira (2006), o período anterior a 1930 foi considerado a política social do *laissez-faire*, onde tinha uma política social na qual nem um mínimo de renda como provisão ínfima, de estilo liberal, era contemplado. O Brasil nesta época tinha uma economia agroexportadora com um sistema político caracterizado pela ausência de planejamento social. O Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social deixando a cargo do mercado e da iniciativa privada não mercantil.

Nesta mesma obra, o período de 1930 a 1964 com uma política predominantemente populista, com laivos desenvolvimentistas. Do ponto de vista econômico a principal característica desse período foi a passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial. Mas esta mudança não foi acompanhada de igual impulso no campo social. A política social desse período funcionava como barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica ou administrativamente, portanto, despolitizada. A primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) - criado em 1938. Foi criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. É nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência.

Ainda seguindo Pereira (2006), em 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com a ideia de atuar como um corpo em ação de uma luta em campo, se tornando uma sociedade civil de finalidades não econômicas voltadas para congregar as organizações de boa vontade. Segundo Sposati (2004) essa ação da LBA traz para a assistência social, o vínculo emergencial e assistencial marco que predomina na trajetória da assistência social. A ausência de planificação central, mesmo que indicativa, continuou sendo a marca da proteção social brasileira até 1954.

De 1954 a 1964 o planejamento central passou a ser valorizado, mas nele, os aspectos sociais continuavam marginais. Quando esses aspectos eram contemplados, ficavam sempre a serviço da rentabilidade econômica e do crescimento industrial.

O período de 1964 a 1985: política social do regime tecnocrático militar, incluindo a fase da abertura política. Teve vários subperíodos e governos e o que eles tem em comum é o autoritarismo.

De 1964 – 1966, no governo de Castelo Branco instituiu o modelo autoritário, rompendo com a prática populista/desenvolvimentista anterior;

De 1967 – 1969, no governo Costa e Silva afirmou o modelo autoritário e preparou sua continuidade; a política social neste período esteve mais fortemente submetida ao critério da rentabilidade econômica, negligenciando sobremaneira qualquer intento de satisfação de necessidades básicas. E também em 1969, a LBA é transformada em fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

De 1970 – 1973, no de Médici aprofundou e enrijeceu o autoritarismo, e se aprofundaram simultaneamente, as relações do Estado com o capital estrangeiro e o fosso na relação entre esse mesmo Estado e a maioria da população, e quando surgiam mobilizações populares por reformas sociais, o Estado respondia de forma repressora e com projetos de “grande impacto”, como passaram a ser conhecidas as construções da hidrelétrica de Itaipu, da rodovia Transamazônica, etc.

De 1974 – 1979, no governo de Geisel, foi vivenciado a abertura política. Mas que em 1974 foi criado o Ministério da previdência e Assistência Social (MPAS) que continha em sua estrutura uma Secretaria de assistência, um órgão de formulação de políticas de ataque à pobreza.

De 1980 – 1985, no governo de Figueiredo participou da continuidade da abertura política.

Entre 1964 e 1967, embora tenha sido decretado o Estatuto da Terra e se falasse em produtividade social, quase nada de novo foi desenvolvido na área social.

Ao ser definido o modelo econômico e político a partir de 1967, a política social deixou de configurar um simples complemento ou extensão da economia e se afirmou como um meio importante de acumulação de riquezas para os que possuíam capital. Os programas sociais que passaram a ser desenvolvidos desde então tinham como objetivo prioritário atender aos interesses específicos da economia de empresa, embora integrasse a ação estatal. Foi só a partir de 1975 que os governos demonstram ao lado do crescimento relativo obtido na área econômica, uma inusitada preocupação com os mais pobres.

De acordo com Pereira (2006), foi a partir da década de 1970 que o governo demonstrou interesse de reaproximar o Estado da sociedade. Também neste mesmo período movimentos sociais se reorganizaram na luta pela redemocratização. Foram vários movimentos sociais (OAB, UNE, feministas, operários, donas de casa, funcionários públicos, frações do empresariado, etc) que se revigoraram em torno dos pleitos por democracia. E



como resposta a esses movimentos o governo instituiu uma nova política salarial, baseada nas negociações diretas entre empregados e empregadores; restabelecer o habeas corpus para crimes políticos, bem como as garantias da magistratura e a autonomia dos poderes Judiciário de Legislativo; decretou o fim das cassações por meio do AI5 e abrandou as exigências para a criação dos partidos. Foi nesse contexto que a política social passou a ser estrategicamente intensificada, não como resposta conscienciosa às necessidades sociais, mas como uma via de reaproximação do estado com a sociedade, e a redução dos focos de pobreza absoluta era o alvo principal dessa política.

De 1980 e 1985, no governo de Figueiredo houve uma forte desarticulação do esforço de desenvolvimento social ocorrido nos últimos três anos de Geisel. A diminuição dos gastos sociais, acompanhada de gradual redução da importância da política social no planejamento e na gestão estatal, constituiu a principal evidência dessa desaceleração. Houve um aumento do desemprego, da pobreza, uma queda real dos salários e imperou a adoção de medidas de caráter anti-social tais como aprofundamento da contenção dos gastos na assistência médica previdenciária, restrição dos financiamentos concedidos à habitação de “interesse social”, além da redução pela metade dos investimentos no setor de transporte público.

Com as crescentes mobilizações da sociedade alguns avanços civis e políticos se fizeram notar como a anistia, em 1979, com a restituição dos direitos civis e políticos aos cidadãos cassados pelo regime militar, eleição para governadores em 1982, e ampla campanha popular pelas “Diretas Já”(Eleições diretas para a presidência da República).

No período da Nova República houve primeiro uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, e em segundo, por uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial. Data dessa época a inclusão pela primeira vez na história política do país, da assistência social.

Sendo Sarney o primeiro governo civil da Nova República, tendo como lema “tudo pelo social” dentre alguns de seus subsídios a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, preparado em 1985; o programa de Prioridades Sociais para 1985 e uma proposta de Seguridade Social de estilo beveridgiano.

Do ponto de vista formal-institucional, ocorreram significativos avanços políticos e sociais, os quais conferiram à década de 1980, de a década perdida. Graças à mobilização da sociedade, as políticas sociais tornaram-se centrais, nessa década, na agenda de reformas institucionais que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Na área social, as novas diretrizes contidas na Constituição previam maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direito de todos. E também rompendo com a prática assistencialista largamente utilizada como instrumento de barganha populista ou de patronagem política, herdada da era Vargas, bem como com o padrão eminentemente contributivo de proteção social.

Houve conquistas progressivas no campo trabalhista, educacional, da saúde (SUS), na previdência (a igualação dos direitos de todos os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos).

E todas essas conquistas foram alvo de uma contra-reforma conservadora iniciada em 1987, ainda no governo de Sarney, e reforçada, a partir de 1990, nos Governos de Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2000) com destaque para o Plano Real.

Com o período neoliberal a partir de década de 1990, não comportava mais a excessiva presença do Estado e sim políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta e redução para gastos sociais.

Como principais características do neoliberalismo são: a suspensão de barreiras tarifárias para compras no exterior e para importações; desregulamentação das atividades econômicas; mínima participação do Estado nos rumos da economia do país; pouca intervenção do governo no mercado de trabalho; política de privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; abertura da economia para a entrada de multinacionais; adoção de medidas contra o protecionismo econômico; desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas; diminuição do tamanho do estado, tornando-o mais eficiente; posição contrária aos impostos e tributos excessivos; aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico; contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços; a base da economia deve ser formada por empresas privadas; defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

Dos feitos sociais depois do impeachment de Collor, no governo de Itamar Franco, merecem menção para a aprovação, em dezembro de 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) como uma política de renda mínima ou de manutenção de renda.

[...] A LOAS introduz um novo significado a Assistência Social enquanto Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS (MESTRINER,2001, p.206.)

Diante deste contexto, as políticas sociais assumem características focalistas, celetistas e compensatórias, transferindo a responsabilidade do Estado para a sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado. Consequentemente, a implementação da LOAS esbarra em aspectos de ordem política e econômica que comprometem sua efetivação.

Em 2005, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foi implantado em todo território nacional em ações assistencialistas, efetivando na prática a assistência social como Política Pública de Estado, fazendo a ruptura com o clientelismo. O SUAS está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social. O SUAS foi materializado pelos conteúdos presentes na LOAS, onde efetiva as políticas públicas buscando atender as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados reconhecendo direitos de cidadania e inclusão social.

O SUAS estabelece ainda dois níveis de proteção social. A assistência, como política pública vai se dividir em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de acordo com os seus objetivos. Os programas e serviços que correspondem a Proteção Básica são: PAIF, Inclusão Produtiva, Cadastro Único, Bolsa Família, Concessão de Benefícios, BPC na Escola, BPC e Projovem. E da Proteção Especial são: Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, PETI, população de Rua, Família Acolhedora, CREAS, Atendimento Integral Institucional, Atenção ao Idoso e Atenção à Pessoa com Deficiência.

Como o estágio está sendo feito num abrigo que se inclui na proteção social especial faz-se necessário a contextualização histórica da proteção da criança e do adolescente no Brasil até o surgimento do ECA.

## 2.2 PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL ATÉ O SURGIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).

A autora Guerra (2008) em seus escritos mostra que na época do Brasil Colônia os indígenas não castigavam seus filhos para discipliná-los, a conduta deles eram através de gestos e olhares, só precisava que lhe falasse alto ou um olhar. Os filhos dos indígenas eram obedientes e amáveis com seus pais. O castigo físico foi trazido pelos jesuítas para aqueles que faltassem à escola jesuítica, eram utilizados a palmatória e o tronco. A evasão às aulas era grande já que os índios não aceitavam esse tipo de conduta, tendo como reação o abandono ao local de estudos.

Vale lembrar o período da escravidão onde os castigos físicos eram impostos aos escravos e a seus filhos, desde cedo como forma de obediência, eram utilizados palmatórias, chicotes, galhos de goiabeira, cipós entre outros. Quando algum fato chegava às autoridades competentes não se fazia nada para coibir ou punir os agressores, não se tomava nenhuma providência legal.

No período do Brasil República, mais precisamente em 1922 surgiu o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro, que ocorreu conjuntamente com o terceiro Congresso Americano da Criança. Foi pensado pelo Departamento da Criança no Brasil e teve como linha de frente o médico Arthur Moncorvo Filho. Houve debates na área da saúde, no viés social e pedagógico. Tendo como público intelectuais envolvidos em pesquisas relativas à infância. Teve como um de seus objetivos, discutir sobre as leis de proteção à infância e sua implementação, tendo em um de seus eixos a defesa do castigo para as crianças, como cita Rago *apud* Guerra, 1987, p. 79:

[...] com essa orientação racional, só há vantagens em reprimir com firmeza as más inclinações, infligindo-se gradativamente os castigos em geral, para que a criança perceba obter maior lucro para si na abstenção da prática de determinados atos. Ligará então a ideia de bem da prática de determinados atos. [...] a repressão das tendências naturais da criança deverá ser, segundo ele, tanto física, através dos castigos corporais, safanões, palmadas e bofetadas, quanto passar de modo sutil pelo gesto, pelo jogo do olhar, pelo silêncio pesado.

A autora Guerra (2008) mostra em seu trabalho que o que pode justificar a prática do castigo físico às crianças como sinônimo de obediência aos adultos tem como prerrogativa o sentido bíblico de obediência à lei do PAI.

O Código de Menores de 1927 surgiu na necessidade de se ter leis, regras àqueles que não se adequavam ao padrão exigido pela sociedade que era de trabalhador e sujeito às normas jurídicas, as crianças e adolescentes. Como cita Silva *apud* Martins (2009), p. 30:

[...] a necessidade de um Código de Menores é fundamentada na visão determinista dos legisladores, advogados, psicólogos e no meio social em geral, de que a criminalidade é algo inerente ao ser, como algo hereditário.

Até a existência do Código de Menores não existia no Brasil qualquer lei específica para crianças e adolescentes e acreditava-se que a criminalidade tinha origem na menoridade abandonada. O Código de 1927 teve contribuição na sua formulação parlamentares, pedagogos, juristas e higienistas brasileiros da época, possuía um viés de política assistencialista de responsabilidade do Estado e tinha como objetivo a assistência e proteção aos menores de 18 anos abandonados e delinquentes.

Em 1964 cria-se a Fundação Nacional do Bem-Estar (Funabem) que institucionalizava e transferia ao Estado a responsabilidade de crianças e adolescentes ligados ao processo de marginalização. A política adotada por esta instituição era de cunho assistencialista. Posteriormente a Funabem foi substituída pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), onde modificou a política anterior no sentido de ser imediatista, paliativa e embasada na filantropia cristã.

No decorrer da história a Febem desvirtua de seu objetivo original e passa a atuar como se fosse em regime de carceragem como cita Pereira *apud* Martins (2009), p.33:

[...] passou a atuar diretamente como agente, desvirtuada dos objetivos inicialmente previstos, em nome de sua finalidade educacional de atendimento em internatos e semi-internatos, conduziu a sua atuação através de programas indefinidos, marcados por irregularidades e mesmo regimes carcerários de internação.

Neste sistema, a Febem era classificada como assistencialista para crianças carentes e abandonadas, e repressoras para crianças infratoras. Mas na verdade o que acontecia dentro da Febem fugia de seu objetivo que era a reeducação ou ressocialização de crianças e adolescentes. Como mostra Bierrenbach *apud*, Martins (2009) p. 34:

[...] tais muros serviam apenas para que a sociedade escondesse parcela significativa de crianças e jovens em dita situação irregular (art. 2º do Código de Menores), nome eufemista dos pauperizados e excluídos pela lógica do sistema vigente nessa mesma sociedade.

Em 1979, o Código de Menores de 1927 é superado, surge então o Código de Menores de 1979 já contendo a doutrina da proteção integral, baseado na mesma política relacionado ao menor da legislação anterior. Tinha como base uma política de internatos prisão. O Estado recolhia crianças e adolescentes em situação irregular e internava-os até a maioridade. Relacionado a isso Martins (2009) p. 34, discorre:

[...] o Código de Menores de 1979, baseando-se na mesma política filantrópica e assistencialista das legislações anteriores, tentou manter afastados da sociedade os problemas relacionados com a infância e adolescência.

O movimento da sociedade civil da década de 80 que se organizou em torno da problemática das crianças e adolescentes e o tratamento brutal (extermínio) dado a elas nas instituições, e a promulgação da Constituição de 1988 fizeram com que se repensasse numa nova legislação, surgindo assim em 1990, aprovado pela lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Com o ECA, gradativamente os internatos foram extintos dando lugar aos abrigos, casas lares, república e aos centros de atendimento aos menores. Mas com uma ressalva de que o atual estatuto tem como prioridade a manutenção do menor na família. Com um novo paradigma de proteção integral à criança e adolescente, baseado nos princípios da cidadania, os menores foram considerados sujeitos de direitos e deveres, tendo sua proteção assegurada, passaram a ter um tratamento diferenciado desde então. O art. 4º do ECA, que praticamente é uma reprodução do art. 227 da CF/88, destaca sobre a absoluta prioridade com que devem ser tratadas as crianças e adolescentes:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto dentro dos padrões da proteção integral a criança e ao adolescente, preconiza garantir a integridade física, como expressa seu art. 5º,

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Na citação anterior, visualiza-se o asseguramento dos direitos da criança e do adolescente, no entanto registra-se através da mídia e jornais impressos, um alto índice de violação aos direitos sociais, especificamente no que tange a questão da violência física na constelação familiar. Após a criação do ECA ocorreu um reordenamento em toda a política de atendimento ao menor, o que incidiu dentre outras ações na criação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente como enfatiza Vieira (1998), p. 16,

[...] a política de atendimento da criança e do adolescente exige a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional de seus direitos, com força de órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, garantida a participação popular paritária por meio de organizações representativas, de acordo com as leis federais, estaduais e municipais.

Um avanço considerável com a vigoração do ECA, foram os conselhos tutelares que devem ter condições para propor projetos, deliberar e avaliar a execução destes. Almeja-se através dos conselhos, a participação popular no planejamento e execução das políticas direcionadas a criança e ao adolescente, visto que sua constituição é feita de forma paritária.

## **2.3 ESTUDO E ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO**

A assistência social do município de Aracaju está organizada através da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS) que tem por competência prestar apoio e assistência direta e imediata ao chefe do Poder Executivo quanto à política pública de assistência Social, e quanto ao combate e à erradicação da pobreza; gerencia o Sistema Único de assistência Social, em âmbito municipal, de conformidade com a lei federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) sob a forma de sistema descentralizado e participativo. Em sua gestão existem dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial que segundo o art. 6º da lei em epígrafe dispõe que:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por

meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

A proteção social básica é oferecida através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS territorializados de acordo com o porte do município e unidade sócio educativa. São eles: Unidade Sócio Educativa São Conrado; CRAS Jardim Esperança (1º Distrito); CRAS Antônio Valença Rollemberg (1º Distrito); CRAS Benjamim Alves Carvalho (1º Distrito); CRAS Santa Maria (1º Distrito); CRAS Madre Tereza de Calcutá (2º Distrito); CRAS Porto Dantas (4º Distrito); CRAS Risoleta Neves (4º Distrito); CRAS Pedro Averan (4º Distrito); CRAS Coqueiral (4º Distrito); CRAS Carlos Hadman Cortês (5º Distrito); CRAS João de Oliveira Sobral (5º Distrito); CRAS Terezinha Meira (5º Distrito); CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo (5º Distrito); CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite (5º Distrito); CRAS Enedina Bonfim (3º Distrito). Os programas e serviços ofertados pelos CRAS são: PAIF (Programa de Atendimento Integral às Famílias); Inclusão Produtiva; Cadastro Único; Bolsa Família; Concessão de Benefícios - BPC na Escola e BPC; e Projovem.

O município de Aracaju mantém algumas instituições que abrigam crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Ao todo são cinco instituições de proteção social especial, Casa de Passagem Acolher (serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua); Centro Pop (Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua); Abrigo Caçula Barreto e Nova Vida (masculino, de 7 a 12 anos – unificados em 2015 formando um só abrigo); abrigo Sorriso (acolhimento institucional para crianças de zero a seis anos) e o abrigo Marinete Alves do Nascimento (feminino, de 07 a 18 anos), os processos de trabalho dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) foram abertos à comunidade, não sendo mais considerado neste município como protetiva especial.

O abrigo Marinete Alves do Nascimento foi criado tendo como órgão responsável a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS. Segundo o que consta no



projeto de implantação emergencial da entidade de acolhimento do abrigo referenciado, foi implantado em 11 de abril de 2013, pela necessidade de que os lares Oratório Festivo São João Bosco e Lar Infantil Cristo Redentor comunicaram o encerramento de suas atividades no Serviço de Acolhimento Institucional.

O referido abrigo possui como esfera administrativa/governamental o município de Aracaju e fica localizado na rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas em Aracaju/Se. Como é um abrigo de crianças e adolescentes com idade entre 07 a 18 anos incompletos, o regime de funcionamento é de vinte e quatro horas. Este abrigo faz parte do modelo de atenção ao cuidado da política de assistência social e, está vinculado à SEMFAS.

Observa-se que crianças institucionalizadas em abrigos são direcionadas para estes espaços quando estas tem seus direitos violados, ou seja, por abandono por parte dos pais, maus tratos, violência física ou moral, entre outros; afastando-as da família natural e encaminhando-as para um ambiente seguro, até que sua situação seja definida. Esclarece-se que “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) que em 2004 realizou um estudo, apontou que os principais motivos de se colocar crianças em abrigos eram a carência de recursos materiais da família (24,5% dos casos analisados), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência na rua (7%).

Na época que antecedia o surgimento do abrigo Marinete, o município de Aracaju dispunha de três equipamentos governamentais que ofertavam o serviço para crianças e adolescentes, sendo um que acolhia crianças de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 6 anos – Abrigo Sorriso; e dois que acolhiam crianças e adolescentes, Abrigo Caçula Barreto e Abrigo Nova Vida, do gênero masculino na faixa etária de 07 a 14 anos e 15 a 18 anos, respectivamente. Assim diante da inexistência de equipamento governamental para atendimento de crianças e adolescentes do gênero feminino de 07 a 18 anos, e em face ao encerramento das atividades das entidades não governamentais anteriormente citadas, e considerando a urgência da transferência das usuárias acolhidas, esta municipalidade não teve alternativa senão a abertura de um Abrigo Institucional para acolher emergencialmente essa demanda e outras que por ventura surgissem. E também pela necessidade de ampliação da rede de atendimento a criança e ao adolescente por meio da implementação de um serviço

destinado ao acolhimento institucional, em caráter provisório e excepcional, para crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de rua, negligência e abandono ou afastados da família por determinação judicial, com base na demanda levantada pelos Conselhos Tutelares do município de Aracaju, pela 16ª Vara do Juizado da Infância e da juventude e pela Secretaria municipal da Família e da Assistência Social.

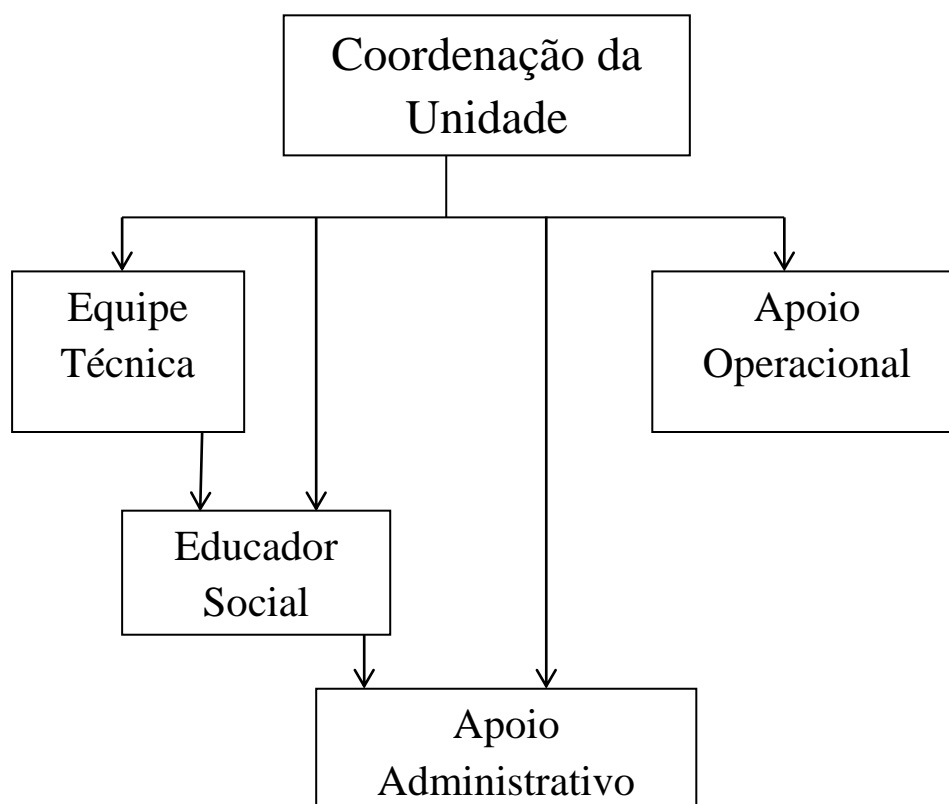
O abrigo tem como finalidade oferecer atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Como também a construção de um processo educativo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das abrigadas, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social, tendo em vista o resgate da cidadania e a conquista da autonomia daquelas que se encontram acolhidas, bem como o retorno familiar, sempre que possível.

Tem como objetivos proporcionar às crianças e adolescentes do sexo feminino entre 07 a 18 anos provenientes do município de Aracaju/Se, que se encontra em situação de risco pessoal e social por estarem em situação de rua, negligência e abandono ou afastados da família por determinação judicial, alternativa de moradia, em caráter provisório, com garantia do acolhimento afetivo e material adequado, além do atendimento às necessidades básicas de saúde, educação, lazer, alimentação, vestuário e acesso aos recursos comunitários. Como também viabilizar a regularização da documentação; proporcionar em conjunto com os órgãos municipais e estaduais competentes, a profissionalização de adolescentes a partir dos 14 anos de idade, com vista à sua formação e qualificação profissional e preparo para conquista de sua autonomia como preparação para o desligamento; além de assegurar e estimular o contato daquelas que se encontram acolhidas com suas famílias de origem, ressalvada a existência de ordem expressa e fundamentada de autoridade judiciária em contrário.

Tem como meta o atendimento integral a 20 crianças e adolescentes, quantidade estabelecida pelas orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, do sexo feminino com idade entre 07 a 18 anos provenientes do Município de Aracaju/se, e atualmente conta com 11 abrigadas.

O abrigo citado está subordinado à SEMFAS e possui financiamento a nível estadual e federal, e tem o seguinte organograma institucional:

Figura 01: Organização do abrigo de acordo com as equipes



Fonte: Dados institucionais.

Tem parcerias e relações interinstitucionais com as unidades básicas de saúde, as escolas do município de Aracaju/Se, os CAPs (Centros de Atendimentos psicossociais), enfim toda rede de serviços sócio-assistenciais que as abrigadas por ventura necessitem que ocorre de forma satisfatória e rápida.

## 2.4 SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Serviço Social numa instituição referenciada como Abrigo é de extrema importância já que o assistente social é quem realiza um estudo da dinâmica familiar quando uma criança ou adolescente fica institucionalizada, buscando as informações possíveis acerca de sua realidade, do seu contexto social. Para a partir daí investir na manutenção dos vínculos familiares para que futuramente esta criança e/ou adolescente possa ser reintegrada ao seio familiar. Não sendo possível a reconstrução dos vínculos familiares por não se conhecer, por exemplo seus familiares, o assistente social através de sua trabalho, pode emitir estudos de casos e pareceres a fim de esta criança ou adolescente seja destituída do poder familiar para

que possa ter a oportunidade de ter convivência familiar e comunitária garantidas bem como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA (1990) nos seus artigos 150 e 151 refere a necessidade de assessoria da equipe interprofissional, equipe esta que deve fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção, e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

O assistente social deve realizar visitas domiciliares, entrevistas, análise de documentos e observações com familiares e apresentar relatórios sociais com seus posicionamentos e interpretações, pois o estudo social apresenta, atualmente, como suporte fundamental para aplicação de medidas judiciais dispostas no ECA e na legislação civil referente à família. Segundo Mioto (2001,p. 157) o estudo social,

[...] é um instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação.

Já Araújo, Bruno e Kroger *apud* Proença (2000, p.39 – 40) diz que,

[...] a análise realizada pelo assistente social de cada situação específica configurada nas relações pessoais, e dessas com as instituições, é chamada de Estudo Social. O Estudo Social consiste em coletar dados , a partir de um instrumental específico e definido pelo assistente social para cada caso particular, e interpretar esses dados a partir de um referencial teórico, elaborando-se uma opinião profissional sobre a situação. Essa situação é geralmente identificada como "problemática ou conflituosa", quer pelos que a vivenciam, quer por outros profissionais que a atendam. O estudo irá permitir um conhecimento objetivo da situação dentro de uma visão de globalidade, visto ser a interpretação da situação.

É de fundamental importância que o assistente social tenha um embasamento teórico rico, pois ao emitir seu parecer, algumas vezes sugere medidas sociais e legais que poderão ser tomadas, que são determinantes para definir o futuro destas crianças.

A unidade de acolhimento funciona com atendimento 24 horas, com a equipe de trabalho distribuída da seguinte forma:

- Coordenação: 40 horas semanais distribuídas de segunda a sexta-feira;
- Equipe técnica: 30 horas semanais, realizadas de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas;

- Apoio Operacional: 40 horas semanais distribuídas em 08 horas diárias de segunda a sexta-feira;

- Educador social: 42 horas semanais, que no turno do dia cumpre 30 horas semanais de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas ou das 13:00 às 19:00 horas e um plantão noturno, cumpre 12 horas diárias, das 19:00 às 07:00 horas em esquema de plantão de 12 x 36 horas.

- Apoio administrativo: 42 horas semanais, sendo plantão de 12 horas, das 06:00 às 18:00 horas ou das 18:00 às 06:00 horas, no esquema de 12 x 36 horas.

O quadro atual de recursos humanos do abrigo é de 01 Coordenadora, 02 Assistentes sociais; 01 psicóloga, 01 pedagoga, 04 educadores, 06 apoios administrativos, 02 estagiárias de Serviço Social, 01 auxiliar administrativo, 01 vigia, 02 oficineiras, sendo uma de arte e outra de esporte e 04 guardas municipais (Regime de plantão) com o objetivo de proteger o patrimônio, os profissionais e os acolhidos.

Os recursos materiais utilizados tanto pela Unidade (material de higiene pessoal das abrigadas, alimentação, roupa e material de limpeza da instituição) como do Serviço Social (material de escritório – somente é disponibilizado uma resma de papel por mês, caso esta resma acabe antes do prazo, ou o serviço fica estagnado ou alguém compra do seu bolso) são oriundos da SEMFAS. Em sua estrutura física a Unidade possui os seguintes espaços: 03 quartos, sendo duas suítes, cada uma com três beliches; 01 área comum com refeitório; 01 sala de estudos; 01 sala da coordenação com banheiro; 01 sala da equipe técnica (Serviço Social e Pedagogia); 01 área de serviço; 01 banheiro comum aos funcionários; 01 sala de visita; 01 cozinha; 01 dispensa e 01 almoxarifado. Sendo que esta sala da coordenação foi cedida para os guardas municipais se alojarem, ficando a coordenação junto com a sala da equipe técnica que é bastante pequena. Os funcionários se aglomeram de forma precarizada. Às vezes não temos onde sentar e há uma disputa por quem usa o computador (01 máquina), já que o apoio administrativo, o assistente social, a pedagoga, a psicóloga e coordenação precisam para a realização dos seus trabalhos. Que dirá a estagiária de Serviço Social se aproximar para utilizar caso necessite. E nesta mesma sala também se realizam as conversas com os familiares das abrigadas.

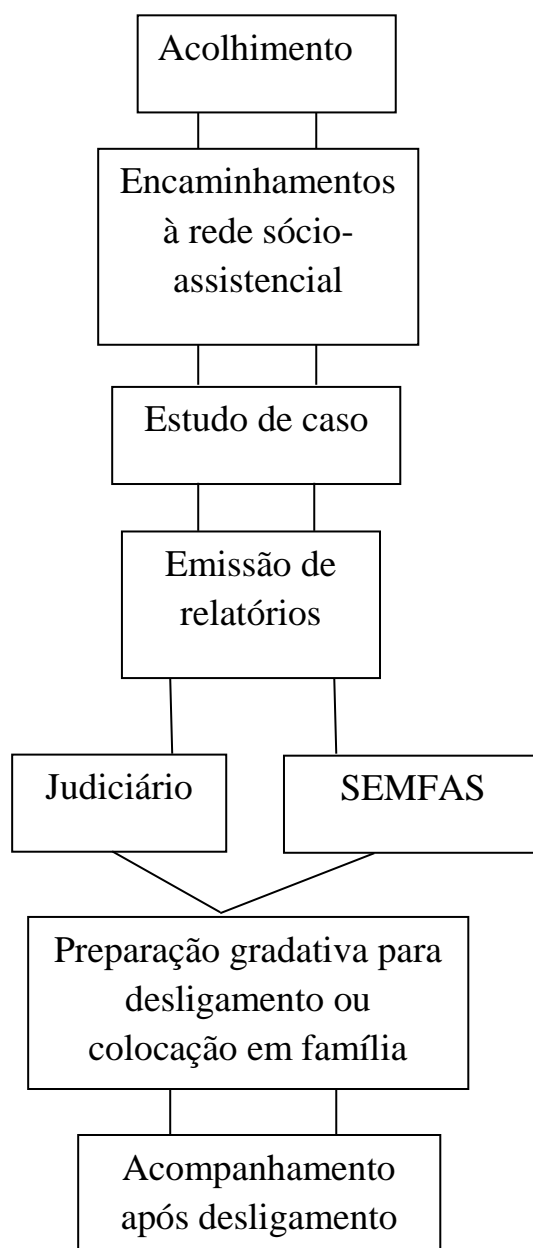
As demandas atualmente são advindas dos Conselhos Tutelas do município de Aracaju e da 16ª Vara do Juizado da Infância e da juventude e pela Secretaria municipal da Família e da Assistência Social.

O trabalho do Serviço Social ocorre na medida do possível, apesar de não ter um computador somente para este setor, e de não ter uma sala individualizada. As atribuições e competências do Serviço Social são:

- Elaboração e revisão dos documentos construídos, como por exemplo o plano individual de atendimento (PIA), em conjunto com o/a coordenador(a) de demais colaboradores (Assistente social, pedagoga e psicóloga);
- Organizar junto a coordenação da Unidade atividades de capacitação de forma continuada e sistematizada para o grupo que trabalha na unidade;
- Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores;
- Registrar a admissão e desligamento das crianças e adolescentes acolhidas na unidade;
- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuários individual;
- Elaborar relatórios para encaminhamento aos órgãos do judiciário;
- Aplicar testes e técnicas;
- Atendimento individual e em grupo;
- Orientar os funcionários no trato afetivo e emocional das crianças e adolescentes;
- Ministrar palestras;
- Elaborar instrumentais para aplicar nas atividades diárias da Unidade;
- Manter intercâmbio com o Sistema de Garantia de Direito às Crianças e aos adolescentes;
- Supervisionar os estagiários extracurriculares;
- Identificar necessidades e ofertar orientação individual ou coletiva;
- Realizar monitoramento e avaliação do serviço;
- Oportunizar atividades que possibilitem o protagonismo individual e grupal;
- Preparação da criança ou adolescentes para o desligamento.

A Unidade possui um fluxograma do processo de institucionalização das crianças e adolescentes:

Figura 02: Fluxograma de chegada de uma criança ou adolescente até sua saída da instituição.



Fonte: Dados institucionais.

O referido abrigo atualmente tem sob sua responsabilidade um número de 11 crianças e adolescentes institucionalizadas com idade entre 07 a 18 anos, com perfis diferenciados, existem casos de abandono pelos pais, a violência doméstica, situação de risco social por causa das drogas, álcool, conflito familiar; sendo que a capacidade de atendimento são de 20 abrigadas, logo o Serviço Social possui um atendimento direto de onze crianças e adolescentes, além de seus familiares como público indireto. Neste atendimento o assistente

social pode utilizar instrumentais técnico-operativos como entrevistas, visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, entre outros.

Como desafio que o Serviço Social enfrenta é a localização dos familiares das abrigadas, uma vez que quando o assistente social deseja realizar uma visita domiciliar e vai ao endereço que está na sua documentação, muitas vezes o endereço é inexistente, falso ou errado, inviabilizando o processo de reintegração familiar.

Durante o período do Estágio Supervisionado I pode-se analisar a atuação do Serviço Social no âmbito da assistência, correlacionando com as medidas protetivas inseridas no ECA, e também não esquecendo da relação teoria com a prática do exercício profissional, como dizia Potyara (2006), a prática nunca será separada da teoria e vice e versa.



### **3 CAPÍTULO II: PROJETO DE INTERVENÇÃO: TRABALHANDO COM AS MENINAS<sup>2</sup> DO ABRIGO MARINETE ALVES DO NASCIMENTO: DROGAS - “A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO”.**

#### **3.1 APRESENTAÇÃO**

“(...) o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los.” (BOBBIO, 1992, p. 25)

Como verificamos na citação de Bobbio (1992), no livro “A era dos direitos”, o grande problema da atualidade não se refere mais a preconizar direitos, mas, sim garantir a efetividade desses direitos. Um pressuposto básico para a garantia no gozo dos direitos é a proteção.

É a partir da ideia de proteção que iniciaremos a exposição acerca do tema: “Drogas – “a melhor solução é a prevenção.”. Entendemos que a prevenção é um mecanismo de proteção das crianças e adolescente que se encontram assistidas pelo abrigo Marinete Alves do Nascimento. Depreende-se da pesquisa que, as responsabilidades legais dos abrigos são ainda maiores que as dos pais biológicos, pois, além de assistir os menores nas necessidades materiais, emocionais, educacionais, religiosas (respeitada a crença e o desejo de cada criança), de saúde etc., devem oferecer-lhes a oportunidade de convivência com a comunidade e com a família (à exceção daqueles que devem ficar afastados dela por determinação do juiz) e apoiar essas famílias para que possam receber os filhos de volta, além de relatar a situação de cada criança, semestralmente, ao juiz competente.

Para entender a responsabilidade legal atribuída ao atendimento prioritário destinado às crianças e adolescentes ressaltamos o que prevê o artigo 227, da Constituição Federal:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1998, p. 89)

O art. 227, da CF/88 quando ressalta que “É dever da família, da sociedade e do Estado [...]” ratifica que o papel exercido pelos abrigos é similar ao exercido pela família, uma vez que o abrigo é uma extensão do município, no caso do abrigo em estudo, na defesa

---

2 São crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 7 a 17 anos.

dos direitos anteriormente expostos. Já no que tange ao papel dos abrigos na esfera educacional destacamos as ações voltadas para alertar sobre a prevenção às drogas. Na análise do público assistido percebemos que as meninas abrigadas são vulneráveis ao uso de drogas, pois algumas delas possuem histórico de familiares, namorados e/ou amigos que são usuários.

Em resposta, a presente demanda, por prevenção às drogas foi que a referida estagiária sugeriu aos profissionais de assistência social do abrigo a aplicação de um projeto de intervenção que enfrentasse a referida problemática. Durante a execução deste projeto entregaremos as camisas do projeto em tela, apresentaremos uma palestra lúdica às crianças e adolescentes assistidas pela instituição, assim como um teatrinho de fantoche (uma historinha voltada a prevenção ao uso de drogas).

### **3.2 LOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA**

Durante o período em que foi realizado o estágio supervisionado I, no abrigo Marinete Alves do Nascimento, foi percebido através de pesquisa documental realizada nos planos Individuais de atendimento das meninas institucionalizadas que parte delas já tiveram contato com drogas ilícitas como maconha, crack e cocaína, tal pesquisa foi concretizada no mês de fevereiro de 2015 e ajudou a presente estagiária a compreender a real necessidade para a elaboração do Projeto de Intervenção. Dentro desta perspectiva surgiu a necessidade de orientá-las, informá-las quanto à prevenção do uso de substâncias psicoativas. Observa-se que crianças institucionalizadas em abrigos são direcionadas para estes espaços quando estas tem seus direitos violados, ou seja, por abandono por parte dos pais, maus tratos, violência física ou moral, entre outros; afastando-as da família natural e encaminhando-as para um ambiente seguro, até que sua situação seja definida. Esclarece-se que “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único).

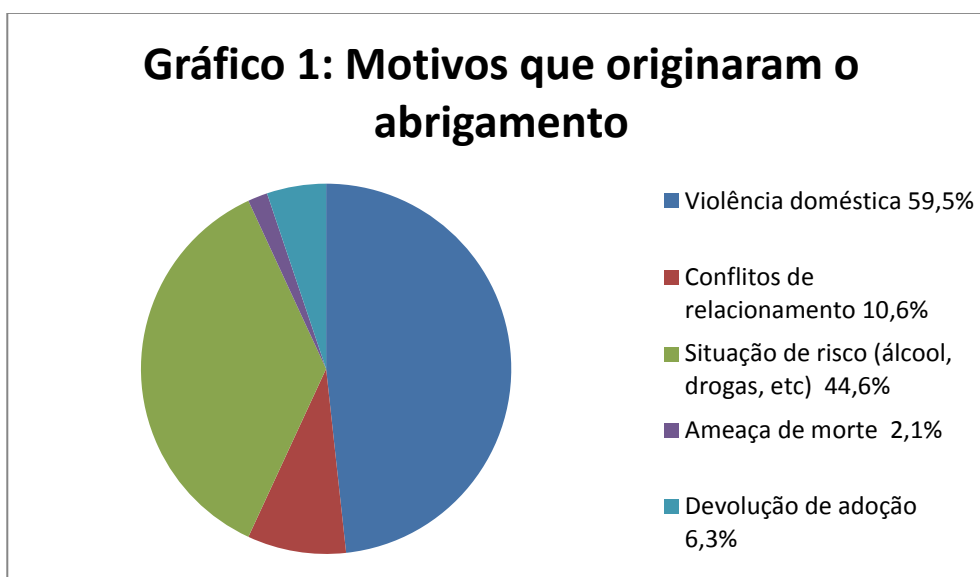
Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) que em 2004 realizou um estudo, apontou que os principais motivos de se colocar crianças em abrigos eram a carência de recursos materiais da família (24,5% dos casos analisados), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência na rua (7%).

No caso da instituição em estudo, pode-se identificar que as inserções se deram por algum tipo de violência doméstica (negligência ou abandono, abuso sexual, agressão física e

psicológica), devolução de adoção, destituição do poder familiar, transferência de outro abrigo, situação de risco (genitores usuários de drogas, álcool) e ameaça de morte.

O referido abrigo de fevereiro de 2015 até o mês de abril teve sob sua responsabilidade um número de 11 crianças e adolescentes institucionalizadas com idade entre 07 a 17 anos, sendo que a capacidade de atendimento são de 20 abrigadas, logo o Serviço Social possui um atendimento direto de onze crianças e adolescentes, além de seus familiares como público indireto. Neste atendimento o assistente social pode utilizar instrumentais técnico-operativos como entrevistas, visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, entre outros. Sobre os dados mais importantes destacamos os seguintes:

### 3.3 DADOS ESTATÍSTICOS DO ABRIGO MARINETE ALVES DO NASCIMENTO DE 2013 A ABRIL DE 2015

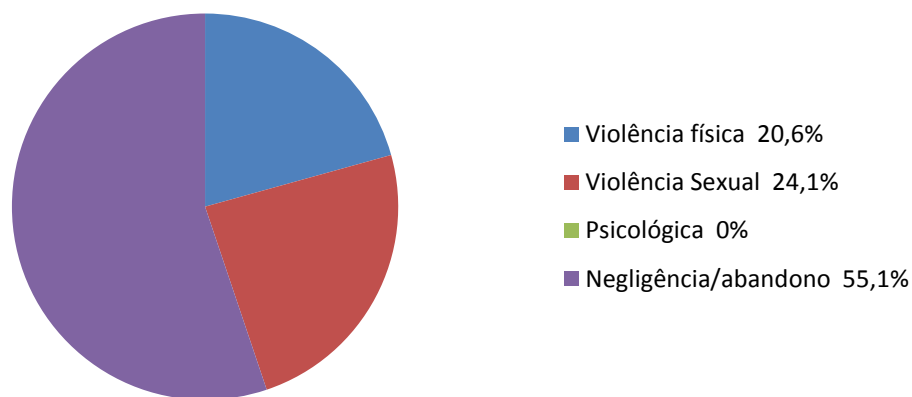


Fonte: Levantamento feito pela autora.

O gráfico acima demonstra que a maioria das crianças e adolescentes que passaram no abrigo do ano de 2013 a abril de 2015 se deu por motivo de violência doméstica, que segundo Guerra (2008, p. 32),

[...] representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis [...] sendo capaz de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados, como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

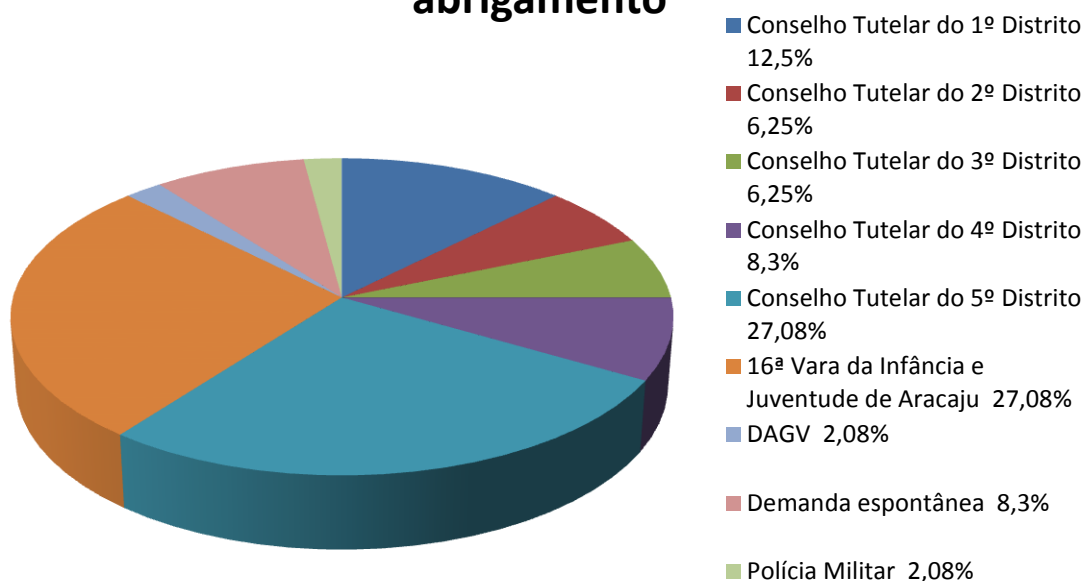
**Gráfico 2: Estatística por tipos de violência doméstica**



Fonte: Levantamento feito pela autora.

No período da coleta de informações nos mostrou que 16 meninas abrigadas foram direcionadas para este espaço devido a negligência/abandono; seguido de sete vítimas de violência sexual, seis vítimas de violência física e durante a coleta dos dados nos planos individuais de atendimento das abrigadas não foi citada a violência psicológica, considerada de difícil identificação e que segundo Guerra (1985, p. 16) “[...] ocorre quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional”. O resultado da pesquisa nos mostrou que a negligência/abandono foi o que mais motivou o abrigamento das meninas vítimas de violência doméstica do abrigo Marinete Alves do Nascimento.

**Gráfico 3: Quem encaminhou ao abrigamento**



Fonte: Levantamento feito pela autora.

O gráfico anterior nos mostra que os três primeiros responsáveis pelo abrigamento de algumas meninas foi feito pelo Conselho Tutelar do 5º Distrito do município de Aracaju, localizado no São Conrado de Araújo, tendo como territorialidade os bairros Lamarão, José Conrado de Araújo, Jardim Centenário, Soledade, Santos Dumont, Olaria, Bugio, Veneza I e II. Seguido da 16ª Vara da infância e Juventude, e por conseguinte o conselho Tutelar do 1º Distrito que se localiza no bairro São Conrado e abrange os bairros Farolândia, Santa Maria, São Conrado, Atalaia, Coroa do Meio, Orlando Dantas, Inácio Barbosa, Aeroporto, Mosqueiro e Augusto Franco, 17 de Março e Areia Branca, segundo o site do Tribunal de Justiça de Sergipe. Esses dados nos leva a entender que a maior parte dos abrigamentos são decorrentes da região norte do município de Aracaju onde se localiza o Conselho Tutelar do 5º Distrito de Aracaju. Essa problemática atinge todas as classes da sociedade brasileira e podem ter causas estruturais, mas não determinantes. Como diz Guerra (2008, p. 31),

[...] A violência doméstica apresenta uma relação com a violência estrutural (violência entre as classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais). No entanto, tem outros determinantes que não apenas os estruturais. É um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal.

Parte-se do pressuposto que a família segundo Ferrari e Kaloustian (2011, p. 11 e 12) [...] é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Depreende-se da citação do autor que a família deve oferecer a sobrevivência e a proteção de seus filhos, mas com o surgimento de diversas dificuldades, inclusive no âmbito familiar decorrente da situação de pobreza e desigualdade social brasileira, os filhos tornam-se mais vulneráveis às expressões da questão social, entre elas a fome, a violência e as drogas.

A questão das drogas ilícitas é muito mais complexa do que se imagina, ela pode atingir qualquer indivíduo independentemente de sua classe social, idade ou gênero. Elas chegam fáceis são ofertadas gratuitamente com a ilusão de que todos os seus problemas serão solucionados, daí prova-se e depois não se consegue largar mais e o indivíduo entra numa espécie de buraco negro, não tem fim. Mas esta situação pode ser contornada com muita força de vontade do próprio indivíduo e de políticas públicas para tratar essa pessoa. Como referência ao dispositivo legal que trata da temática abordada recorremos a Lei nº 11.343/2006, onde institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, os tópicos da referida lei ajudaram a construir a palestra que será apresenta de forma lúdica as crianças e adolescentes do abrigo em tela, assim como também inspirou na organização do teatro de fantoches que será apresentado durante o projeto.

Como aproximadamente metade das meninas abrigadas já teve contato com drogas ilícitas e/ou relacionamento com alguém que teve. Por isso, mesmo as que não tiveram contato encontram-se em situação de vulnerabilidade e o que lhes faltam é interesse e vontade de mudar de vida, aproveitar o trabalho que é feito pela equipe técnica composta de assistentes sociais, psicóloga e pedagoga, o que o abrigo oferece no âmbito escolar, esportivo, de saúde e profissionalização. Isto se deve ao fato de que a prevenção é considerada a melhor solução para evitar que as crianças e adolescentes abrigadas ingressem no “mundo” das drogas.

### **3.4 JUSTIFICATIVA**

O projeto surgiu da necessidade de se pontuar sobre a prevenção ao uso de drogas ilícitas em crianças e adolescentes em estado de abrigo, porque parte das meninas institucionalizadas já tiveram contato com as mesmas.

Como exposto, a prevenção no uso de drogas é de fundamental importância para o estabelecimento de um ambiente “sadio”. Principalmente no que concerne aos casos específicos.

### **3.5 OBJETIVOS**

#### **3.5.1 GERAL**

- Informar, orientar e trabalhar a prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas em crianças e adolescentes institucionalizadas no abrigo Marinete Alves do Nascimento, de modo, a intensificar o trabalho de prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas no público alvo.

#### **3.5.2 ESPECÍFICOS**

- Orientar o público alvo sobre o que são drogas ilícitas, sua prevenção e as consequências do seu uso.
- Esclarecer os efeitos devastadores quanto ao uso de drogas ilícitas no âmbito físico, biológico e psicossocial.

### **3.6 PÚBLICO ALVO**

Crianças e adolescentes com faixa etária de 07 (sete) a 17 (dezessete) anos institucionalizadas no abrigo Marinete Alves do Nascimento, situado à Rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas, em Aracaju/SE.

### **3.7 METAS**

Temos como meta atingirmos 100% das meninas abrigadas, e fazer com que elas absorvam as informações que serão apresentadas nesta atividade já que algumas delas são ou já foram usuárias de drogas ilícitas.

### 3.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO

O que é infância e adolescência? Para o censo comum diríamos que infância é sermos crianças, é ter sonhos, é brincar de bola, é jogar queimado, é brincar de boneca. E adolescência é a fase das mudanças corporais, psíquicas, a fase da rebeldia e da “aborrecência” como dizem alguns pais.

Segundo Salles (2005),

[...] a criança e o adolescente só podem ser compreendidos no contexto da sociedade em que estão inseridos, pois indivíduo e sociedade são entrelaçados. Não há dualismo entre eles, embora a relação indivíduo e sociedade seja uma questão instigante que acaba por gerar várias polêmicas e posições controversas.

Inferimos a partir da informação de Salles que ser criança e adolescente depende da cultura, da história, da política da cada povo. Não são só transformações internas referentes ao corpo e mente, mas uma relação complexa de sociedade e o meio em que se vive.

E pelo fato dessa relação com a sociedade, que cada vez mais se torna violenta por causa das expressões da questão social estarem mais acentuadas, como desemprego, fome, falta de habitação, alcoolismo, drogas entre outras, que crianças e adolescentes mais vulneráveis, acabam por se envolverem com todo tipo de droga, entre elas as ilícitas.

Segundo Gabriela Cabral<sup>3</sup>, drogas ilícitas significa que são substâncias proibidas de serem produzidas, comercializadas e consumidas, tais substâncias podem ser estimulantes, depressivas ou perturbadoras do sistema nervoso central, o que perceptivelmente altera em grande escala o organismo.

As drogas ilícitas mais conhecidas são a maconha, a cocaína, o crack, o ecstasy, LSD, inalantes (cola de sapateiro), heroína e outras. Essas drogas entram no país de forma ilegal pelo tráfico e tem sua comercialização de forma ilícita. Seu uso contínuo além de tornar o indivíduo viciado traz consequências devastadoras para a pessoa que consome e seus familiares. A nível individual, segundo o que vem expresso no livro “Prevenção ao uso indevido de drogas”, no artigo de autoria do Lemos<sup>4</sup> (2008, p. 51), onde o mesmo trata das “Ações e efeitos das drogas de abuso” ele ressalta que as consequências são manifestadas pelos sintomas de arritmia cardíaca, trombose, acidente vascular cerebral (popularmente conhecido como derrame), necrose cerebral, insuficiência renal e cardíaca, depressão, disforia, alterações nas funções motoras, perda de memória, disfunções no sistema reprodutor

---

2 <Brasil Escola>. Disponível em <http://m.brasilecola.com/drogas/drogas-ilicitas.htm>. Acesso em 25 ago. 15.

4 Médico especialista em dependência química, psicofarmacologista e professor de farmacologia e dependência química na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).



e respiratório, câncer, espinhas, convulsões, desidratação, náuseas, exaustão e alucinações. Mas essa situação pode ser contornada desde que a pessoa viciada tenha vontade de deixar o vício, receber tratamento médico e ter sua família para apoiá-la no que for necessário.

Ainda de acordo com o autor citado anteriormente, historicamente, a 6000 anos a.c., os sumérios utilizavam o ópio de forma terapêutica. No Egito a 3500 anos a.c., a papoula foi utilizada para tratar o choro excessivo das crianças, na Mesopotâmia essa mesma substância era conhecida como “flor do prazer”. Helena de Tróia usava o ópio nos drink de seus convidados para estes ficarem entorpecidos e falarem sobre suas vidas. No quarto milênio a.c. usava-se na China uma erva medicinal popular chamada *cannabis* (maconha), mas também se dizia que ela “liberava os pecados”. No primeiro milênio da era cristã, no Islã, cresce o uso da *cannabis* como droga recreativa. Dessa mesma época registra-se o primeiro caso de dependência de ópio e Marco Pólo dissemina pela Europa o temor ao ópio.

Com o descobrimento da América no século XV, a coca e o tabaco são descobertos pelos europeus através dos nativos que utilizavam essas ervas de forma terapêutica e mística. Na Ásia no século XVIII, crescem os problemas relacionados ao uso recreativo do ópio. A cocaína é sintetizada no século XIV e prescrita por Freud como ansiolítico e antidepressivo, mas os prejuízos pelo uso frequente era aparente e logo se torna uma droga ilícita. No século XX, as anfetaminas (rebites) são criadas e consideradas alucinógenas. Daí por diante com o desenvolvimento das civilizações as drogas ilícitas são usadas de modo recreativo, de forma abusiva fazendo com que cresça rapidamente a dependência entre as pessoas, ocasionando desajustes sociais e cenários de violência.

O uso das drogas ilícitas pode acontecer por razões variadas como vulnerabilidade social, por recreação, fuga social, como forma de enfrentamento dos problemas, para transgredir, por desejo ou curiosidade.

Especialistas afirmam que o melhor modo de enfrentamento ao consumo de drogas é a prevenção. A informação, a educação e o diálogo são os melhores caminhos para que crianças e adolescentes não se aproximem das drogas.

Segundo a **Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD)** criada pela medida provisória nº 1669, de 1998 e posteriormente transferida para a estrutura do Ministério da Justiça pelo Decreto Nº 7.426, de 7 de Janeiro de 2011. Tem como eixos de atuação em parceria com diversos atores do governo e da sociedade que permitem:

- A realização de um diagnóstico situacional, sobre o consumo de drogas, seu impacto nos diversos domínios da vida da população e as alternativas existentes. Este

diagnóstico vem se consolidando, por meio de estudos e pesquisas de abrangência nacional, na população geral e naquelas específicas que vivem sob maior vulnerabilidade para o consumo e o tráfico de drogas.

- A capacitação dos atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas, e também de multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social. Esse esforço tem permitido a formação e a articulação de uma ampla rede de proteção social, formada por conselheiros municipais, educadores, profissionais das áreas de saúde, de segurança pública, entre outros.
- A implantação de projetos estratégicos de alcance nacional que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade. Também no cenário internacional, o Brasil além de participar dos principais fóruns de discussão sobre o tema vem fomentando a cooperação por meio de acordos com organismos internacionais e com países das Américas, Europa e África.

A SENAD diz que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem a melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde. E que a execução desta política, no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas.

Além da SENAD, existe o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) que é gerido por esta secretaria. Seus recursos são constituídos de dotações específicas estabelecidas no orçamento da União, de doações, de recursos de qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo. Os recursos da Funad, em síntese, são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) preconiza que a principal estratégia do abrigo seja a preservação dos vínculos familiares e a participação da convivência comunitária, o que resulta na superação da prática institucional de abrigamento por tempo indeterminado, aonde até a década de 1980, as crianças e adolescentes em situação de abandono e risco chegava até a maioridade, o que dificultava a garantia para seu o desenvolvimento psicossocial, como observado na pesquisa. Neste contexto, quanto ao motivo do abrigamento observou-se que, além do motivo primário do uso abusivo de drogas por seu genitores, existiram também questões secundárias que influenciaram para que as crianças fossem afastas de seus lares. Dentre eles estar a destituição do poder familiar dos seus pais.

Sobre o tema ressaltamos que, a suspensão e a destituição do poder familiar são institutos do direito civil que constituem verdadeiras sanções sofridas pelos pais por infração aos deveres que têm para com os filhos. Essas sanções visam mais ao interesse dos filhos do que propriamente a punir os pais.

A finalidade do poder familiar é assegurar à criança e ao adolescente o direito de se desenvolver física, intelectual e moralmente, proporcionando-lhe segurança afetiva e psíquica na realização de sua vocação. O abrigamento surge como uma alternativa para suprir a ausência da família. Para tratar do caso específico do projeto de intervenção voltado para a prevenção às drogas optamos pela metodologia constante a seguir.

### **3.9 METODOLOGIA**

O projeto de intervenção será executado por meio de atividades com as crianças e adolescentes do abrigo em questão. Será uma tarde do dia 28/08/2015 das 13:30 às 17:00 horas.

A finalidade da atividade é de caráter informativo, educativo e preventivo quanto a aproximação das drogas ilícitas. Para tanto será utilizado os seguintes recursos: um aparelho de data show, um notebook, fantoches, mini cenário, cadeiras e lanche. A execução será desenvolvida de forma interdisciplinar e contará com 01 educadora social, 01 estagiária de Serviço Social, 01 palestrante, a supervisora de técnica e a supervisora pedagógica.

A execução do projeto terá as seguintes ações:

- Um diálogo aberto estilo uma roda de conversa com o palestrante convidado a respeito das drogas e seus riscos.

- Abordagem sobre as drogas através de slides mostrando suas consequências.
- Teatro de fantoche visando a prevenção quanto ao uso das drogas.

### 3.10 AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados será feita ao término da aplicação do projeto de intervenção, através de folheto de avaliação das crianças e adolescentes e da equipe técnica do abrigo, onde será confeccionado um relatório final para a entrega. Nesta avaliação terá o objetivo de perceber se a temática abordada foi apreendida pelas crianças e adolescentes participantes, bem como avaliar se houve, o alcance dos objetivos traçados no projeto.

### 3.11 RECURSOS HUMANOS

Cada profissional abordará e desenvolverá suas atividades de acordo com as especificidades, sendo que o conhecimento de um complementará o outro.

Quadro 1: Recursos Humanos

<b>Profissionais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Atuação/abordagem</b>
Educadora Social	01	Ajudar na organização das meninas abrigadas quanto a necessidade de participarem da atividade.
Palestrante convidado	01	Realizar palestra sobre a temática.
Psicóloga	01	Realizar, ajudar na interação do debate com as meninas.
Estagiária	01	Realizar as atividades a serem desenvolvidas com o exposto no cronograma e realizar o teatro de fantoche.

### 3.12 RECURSOS MATERIAIS

<b>Quadro 2: Material expediente</b>
Espaço para a realização das palestras, apresentação do teatro de fantoche e apresentação de áudio-visual.
Data Show
Notbook
Caixa amplificadora
Cadeiras
Lanches
Camisas com o slogan “Drogas a melhor solução é a prevenção”.

### 3.13 CRONOGRAMA

A execução do projeto dar-se-á, no dia 28 de agosto 2015 das 13:30 às 17:00 horas, com a aplicação dos recursos humanos e materiais, orientando e informando às crianças e adolescentes sobre a prevenção quanto ao uso das drogas e suas consequências.

Quadro 3: Cronograma

<b>Horário</b>	<b>Ações/ atividades</b>	<b>Responsável</b>
13:30 às 13:45 horas	Organização do material: data show e cadeiras.	Estagiária de Serviço Social.
13:45 às 14:00 horas	Organização das meninas	Educadora Social
14:00 às 15:00 horas	Apresentar-se-á uma palestra (palestrante convidado) sobre a temática + exibição de slides	Palestrante convidado
15:00 às 15:30 horas	Teatro de fantoche	Estagiária de Serviço Social
15:30 às 16:00 horas	Espaço aberto para debate e dúvidas do público alvo.	Palestrante convidado, estagiária de Serviço Social e psicóloga.
16:00 horas	Lanche	Interação conjunta dos profissionais presentes.
17:00 horas	Entrega das camisas para as meninas participantes.	Estagiária de Serviço Social.
17:00 horas	Recolhimento de todo material utilizado e organização do espaço.	Estagiária de Serviço Social

#### 4 CAPÍTULO III: SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO

Com o desenvolvimento da atividade prática do “Estágio Supervisionado II”<sup>5</sup> é que foi percebida a necessidade de se abordar a temática sobre a prevenção ao uso de drogas ilícitas no abrigo feminino Marinete Alves do Nascimento em Aracaju/SE, pelo fato de que algumas das abrigadas manterem ou terem tido contato com alguns tipos dessas substâncias entorpecentes. O fato é que, parte dessas crianças e/ou adolescentes acabam tendo contato muito precoce com as drogas no ambiente em que viviam por influência e/ou negligência dos próprios pais ou de pessoas próximas que mantinham contato com elas. Neste contexto é importante enfatizar que,

[...] A questão do uso e abuso de drogas no Brasil segue aumentado em faixas etárias cada vez mais precoces em todos os segmentos sociais e camadas populacionais; porém, nas classes marginalizadas, além das perdas em termos econômicos e do prejuízo em termos de cidadania, configura-se um drama de degradação e exclusão que merece um olhar e uma abordagem cuidadosos. (DOMINGOS, 2010, p. 08 *apud* CONTE, 2001, p. 114).

Como o abrigo se encaixa como medida protetiva especial, elas não são privativas de liberdade, logo tem o direito de ir e vir, ou seja, podem entrar e sair da instituição quando quiserem e neste ciclo elas podem fazer uso de drogas que podem ser ofertadas por qualquer pessoa. Por isso decidimos executar um projeto de intervenção para intervir nos problemas existentes na realidade dessas meninas.

O projeto de intervenção foi intitulado “Trabalhando com as meninas”<sup>6</sup> do abrigo Marinete Alves do Nascimento: drogas - “a melhor solução é a prevenção”. Teve como objetivo geral informar, orientar e trabalhar a prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas em crianças e adolescentes institucionalizadas no abrigo em questão de modo, a intensificar o trabalho de prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas no público alvo. E como objetivos específicos orientar o público alvo sobre o que são drogas ilícitas, sua prevenção e as consequências do seu uso; esclarecer os efeitos devastadores quanto ao uso de drogas ilícitas no âmbito físico, biológico e psicossocial.

---

<sup>5</sup> Durante o estágio II houve a necessidade de remanejamento de supervisor técnico, de Jonathan Rabelo Maia, que supervisionou de fevereiro a abril de 2015, para Lidiane Costa Souza, pois o primeiro se afastou por motivo de doença, ficando o segundo profissional na supervisão técnica de maio em diante.

<sup>6</sup> Optou-se pela terminologia meninas, em virtude da necessidade da aproximação com uma linguagem que criasse e fortalecesse laços de confiança. São crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 7 a 17 anos.

Na organização do material logístico, o data show foi empréstimo do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), conforme ofício em anexo e as camisas foram patrocinadas pelo SESI (Serviço Social da Indústria) de Aracaju, através do superintendente Acrízio Campos. O lanche e o material do teatro de fantoche foi disponibilizado pela estagiária através de recursos próprios.

O desenvolvimento do projeto ocorreu no dia 28 de agosto do corrente ano, no turno da tarde, às 13:30 horas com a organização do material logístico, data show, cadeiras, colocação do painel do teatro de fantoche, distribuição das camisas para todos os envolvidos no evento - que estava previsto para serem distribuídas ao final, mas decidimos distribuir antes como um meio atrativo de participação das meninas- , todas as pessoas presentes no abrigo receberam camisas; e do público alvo para a participação que num primeiro momento uma parte se mostrou resistente em participar, pelo fato de parecerem rebeldes pela vida que levavam e de constantemente não se mostrarem disponíveis para nenhuma atividade, mas logo aderiram, cada uma com uma forma específica de comportamento, ou seja, algumas não queriam sentar nas cadeiras, outras não faziam silêncio, e uma delas assistiu de início a execução do projeto pela janela, sem uso da camisa porque não queria se envolver, mas logo foi se aproximando sem que ninguém a percebesse e durante o evento estava totalmente interativa.

No cronograma estava previsto iniciarmos com a palestra, mas para chamarmos a atenção das meninas porque algumas se mostravam tímidas, iniciamos com o teatro de fantoche bastante bem humorado, essa metodologia foi pensada assim como uma forma lúdica, divertida de abordagem sobre a prevenção ao uso de drogas ilícitas, já que o público alvo foram crianças e adolescentes, e funcionou, elas começaram a se aproximar e interagir com o evento.

A execução do projeto prosseguiu logo após o teatro de fantoche com uma palestra sobre a temática proposta com o palestrante convidado Antônio Carlos dos Santos<sup>7</sup>, que explanou sobre o que são drogas, os tipos de drogas ilícitas, seus efeitos devastadores através de imagens de pessoas usuárias e a importância da prevenção na vida das meninas abrigadas. O objetivo que se pretendia alcançar com a palestra era a sensibilização das abrigadas para os males que as drogas produzem na saúde, no psicológico e na qualidade de vida daqueles que a consomem.

---

7 Sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Bacharel em Direito. Bacharel em Ciências Sociais. Especialista em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas. Instrutor do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

No decorrer da palestra e, ao mesmo tempo, em que ia se pontuando os tipos de drogas e seus efeitos, percebia-se que parte do público alvo identificava-se com o que era dito através dos murmúrios, gestos, choro ou rizadas, cada uma se manifestava de forma diferente, sendo que as expressões e manifestações de atos e comportamentos indicam que as inquietações poderão ter gerado algum processo de reflexão sobre as situações específicas.

Após a exposição interativa do palestrante foi aberto um espaço para debate. O objetivo deste momento era para que as abrigadas pudessem tirar suas dúvidas sobre o tema proposto e, algumas comentaram que algo parecido acontecia na casa da família delas, outras disseram que já sabiam dos efeitos das drogas.

A partir daí foi servido um lanche, cachorro quente com refrigerante, promovido pela estagiária de Serviço Social, onde as abrigadas a ajudaram prontamente. Depois foi aplicada às meninas uma ficha de avaliação, conforme consta no anexo para saber o nível de satisfação das abrigadas em relação a execução do projeto, onde foi constatada a manifestação delas. No que fora exposto na referida ficha de avaliação percebemos que, de modo geral, houve satisfação das abrigadas com a atividade desenvolvida com o Projeto – “Trabalhando com as meninas do abrigo Marinete Alves do Nascimento: drogas - “a melhor solução é a prevenção”.

Em seguida, houve a participação da equipe técnica no debate, onde houve uma discussão sobre a atividade desenvolvida e também foi considerada satisfatória, com foco na atividade que objetivava. Dentre as reflexões estavam as análises sobre a política de proteção à infância, as dificuldades de infra-estrutura e outros problemas que dificultam o trabalho de esclarecimento, conscientização e recuperação daqueles que, de modo, direto ou indireto, teve algum tipo de contato com o “mundo das drogas”.

Outro ponto levantado, durante o debate refere-se ao impasse gerado quando algumas das meninas tinham treinamento esportivo de judô às 17:00 horas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), no bairro América e, neste dia, elas não foram porque a gestão tinha dispensado o motorista do transporte que seria utilizado, por um motivo que não nos foi revelado. Só que a desculpa que foi posta foi por causa da execução do projeto de intervenção que atrapalhou causando um pouco de insatisfação em parte das abrigadas. O que percebemos, neste ocorrido, é que houve falta de planejamento pela gestão do abrigo, uma vez que a execução do projeto foi agendada com uma relativa antecedência, o que propiciava uma organização administrativa com a escala de motoristas.

Pontualmente às 17:00 horas encerrou-se o evento com o recolhimento de todo o material e organização do espaço.



Em todas as atividades que foram realizadas, sempre procuramos mostrar que é possível mudar o rumo na vida dessas meninas, através dos estudos, da força de vontade, da orientação necessária por parte da equipe técnica, principalmente dos assistentes sociais. Estes por sua vez tem que estarem preparados com suportes teóricos e práticos da profissão, aliado ao projeto ético político, pois acreditamos que teoria e prática precisam estar juntas. Pois de acordo com os parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de Assistência Social (2009):

[...] a concepção presente no projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro articula direitos sociais, articula direitos amplos universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição de parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal.

O Serviço Social numa instituição referenciada como abrigo é de extrema importância já que o assistente social é quem realiza um estudo da dinâmica familiar quando uma criança ou adolescente fica institucionalizada, buscando as informações possíveis a cerca de sua realidade, do seu contexto social. Para a partir daí investir na manutenção dos vínculos familiares para que futuramente esta criança e/ou adolescente possa ser reintegrada ao seio familiar. Não sendo possível a investidura dos vínculos familiares por não se conhecer, por exemplo seus familiares, o assistente social através de seu trabalho, pode emitir estudos de casos e pareceres a fim de esta criança ou adolescente seja destituída do poder familiar para que possa ter a oportunidade de ter convivência familiar e comunitária garantidas bem como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA (1990) nos seus artigos 150 e 151 refere a necessidade de assessoria da equipe interprofissional, equipe esta que deve fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção, e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

O assistente social deve realizar visitas domiciliares, entrevistas, análise de documentos e observações com familiares e apresentar relatórios sociais com seus posicionamentos e interpretações, pois o estudo social apresenta, atualmente, como suporte fundamental para aplicação de medidas judiciais dispostas no ECA e na legislação civil referente à família. Segundo Miotto (2001, p. 157) o estudo social,

[...] é um instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação.

Já Araújo, Bruno e Kroger *apud* Proença (2000, p. 39 – 40) dizem que,

[...] a análise realizada pelo assistente social de cada situação específica configurada nas relações pessoais, e dessas com as instituições, é chamada de Estudo Social. O Estudo Social consiste em coletar dados, a partir de um instrumental específico e definido pelo assistente social para cada caso particular, e interpretar esses dados a partir de um referencial teórico, elaborando-se uma opinião profissional sobre a situação. Essa situação é geralmente identificada como "problemática ou conflituosa", quer pelos que a vivenciarão, quer por outros profissionais que a atendam. O estudo irá permitir um conhecimento objetivo da situação dentro de uma visão de globalidade, visto ser a interpretação da situação.

É de fundamental importância que o assistente social tenha um embasamento teórico rico, pois ao emitir seu parecer, algumas vezes sugere medidas sociais e legais que poderão ser tomadas, que são determinantes para definir o futuro destas crianças e ou adolescentes.

O trabalho estratégico da equipe técnica do abrigo é de suma importância, pois a instituição oferece atendimento especializado, com dignidade, funcionando como moradia até a reintegração ou não às suas famílias. Como também um processo de orientação educativa na melhoria da qualidade de vida, conquista da autonomia, resgatando a cidadania das meninas abrigadas. Além do atendimento às necessidades básicas de saúde – atendimento nas unidades básicas de saúde, Centro de Atendimento Psicossocial -, educação, lazer, alimentação, vestuário. Como também viabilização e regularização da documentação como RG, CPF, segunda via de certidão de nascimento, profissionalização de acordo com as respectivas idades.

De uma maneira em geral a intervenção foi proveitosa atingindo todos os objetivos propostos e percebíamos que à medida em que se executava o projeto as reações das participantes eram diversificadas, e temos a convicção de que algumas reflexões sobre os males ocasionados com as drogas foram promovidas com a execução do projeto.

## 4.1 AVALIAÇÃO GERAL

De acordo com as atividades realizadas, destacamos que a avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório teve início em fevereiro de 2015 foi considerado uma experiência indispensável à formação profissional. Nela nos aproximamos das meninas abrigadas como também de suas respectivas realidades, vulnerabilidades, medos e angústias. No decorrer do estágio tivemos a oportunidade de aliar a teoria a prática e, nesta oportunidade, também, percebemos que havia uma forte relação de amizade entre as abrigadas, em certos casos havia até uma relação de dependência entre elas.

Durante o estágio, também, começamos a desenvolver nossa identidade profissional através dos compromissos e das responsabilidades que a profissão requer. Segundo a lei nº 11.788/2008 em seu art. 1º, § 2º, “[...] o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Não houve dificuldade de interação da estagiária com a equipe técnica do abrigo. Os assistentes sociais estavam sempre abertos a diálogos e dúvidas, proporcionando um ambiente de absorção de saberes. Na execução das atividades do estágio, por vezes, recorremos as orientações da Supervisora Pedagógica e a Supervisora de Campo que foi de grande valia e, as referidas orientações nos proporcionou um aprendizado atrelado ao conhecimento teórico-metodológico, ético-político e crítico.

A principal dificuldade encontrada durante o estágio supervisionado foi a questão física-estrutural onde a equipe técnica estava instalada, pois, o abrigo “Marinete Alves do Nascimento” tinha uma ventilação deficiente, com um único ventilador portátil, um espaço pequeno para acondicionar três membros da equipe técnica, uma estagiária, uma coordenadora, um auxiliar administrativo, além da parte logística (mesa com um computador, dois armários de ferro com 4 gavetões, uma mesa redonda com três cadeiras), e também as demandas que surgiam diariamente das abrigadas.

Enfim, como exposto, o espaço físico era o grande problema, uma sala minúscula para muitas pessoas e sem estrutura logística suficiente para todos, ou seja, não tinha cadeira para que todos sentassem. O único computador era disputadíssimo pelos profissionais em tela. E uma questão crucial o sigilo das informações não estavam sendo mantidas, devido ao grande número de pessoas e o fluxo de outras pessoas num mesmo ambiente. O exposto evidencia alguns dos aspectos que se relacionam diretamente a falta de suporte institucional.

Este aglomerado de pessoas no ambiente administrativo do abrigo coloca em risco o referido sigilo das informações. Sobre o tema, o Código de Ética Profissional do Assistente Social, no capítulo V, art. 15, “[...] constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional”. Mas este direito estava passível de ser violado, devido a organização administrativa do abrigo em tela.

Na atividade desenvolvida tivemos a oportunidade de cumprir com os objetivos propostos do projeto que foram informar, orientar e trabalhar a prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas em crianças e adolescentes institucionalizadas no abrigo Marinete Alves do Nascimento, de modo, a intensificar o trabalho de prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas no público alvo; orientar o público alvo sobre o que são drogas ilícitas, sua prevenção e as consequências do seu uso; e esclarecer os efeitos devastadores quanto ao uso de drogas ilícitas no âmbito físico, biológico e psicossocial. Acredita-se que o uso de drogas pelas meninas do abrigo pode ter diminuído pelo fato de não ter tido mais confusões entre elas dentro do abrigo e pelas revistas solicitadas pela coordenadora, quando necessário, da guarda municipal não ter encontrado cápsula vazia de droga. A equipe técnica do abrigo tem um grande desafio a frente, que é fazer com que as meninas institucionalizadas entendam que o abrigo é uma moradia passageira e que um dia elas irão sair ou para suas famílias ou sozinhas ao completarem 18 anos, com isso elas tem que agarrarem as oportunidades que lhes são ofertadas, pois é através dos estudos que se vence na vida.

Na análise das fichas de avaliação do projeto de intervenção das abrigadas percebe-se que todas gostaram muito da atividade realizada do projeto de intervenção e que somente uma menina de 13 anos que não gostou do teatro de fantoche (achou a atividade infantil para sua faixa etária). E com relação a ficha de avaliação da equipe técnica e coordenação que fora aplicado todos responderam que os objetivos foram alcançados, com clareza das informações e que a palestra e o teatro de fantoche conseguiu fazer com que atraísse a atenção das meninas.

Consideramos que o êxito obtido deve-se ao comprometimento desta estagiária e, pelas pertinentes orientações da Supervisora de Campo e da Supervisora Pedagógica que prontamente retiravam as dúvidas que surgiam. Ressalto também o apoio da equipe técnica e das abrigadas, pois, sem esse não seria exitosa a atividade.

Na caracterização do percurso que antecedeu a realização do Projeto destacamos as técnicas de aproximação desta estagiária com a equipe técnica do abrigo e com as abrigadas. A citada aproximação facilitou a realização da atividade proposta.

Enquanto, análise crítica relacionada ao exercício profissional do assistente social percebemos que a teoria é muito bonita e organizada, contudo, se não houver uma estruturação do ambiente onde esta teoria será aplicada, reduzidas serão as chances de se atingir os objetivos almejados.

Por fim, concluímos com o relato de que a experiência vivenciada durante o estágio foi um momento ímpar na vida desta estagiária, pois se atrelou a teoria com a prática, ou seja, uma oportunidade ímpar de sentir o desenvolvimento do exercício profissional. Foi neste período que apreendi a me portar frente as histórias de vida de cada uma das meninas abrigadas, ajudando a intervir de alguma forma em suas realidades e cumprir com o papel de um assistente social, por isso, só tenho a agradecer com o que me foi oportunizado, pois, além da aprendizagem técnica-profissional tive uma lição de humanidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na execução deste trabalho evidenciou-se que parte das abrigadas se sentiram tocadas em seu interior através dos seus comportamentos, algumas riam, outras choravam, ficavam de cabeça baixa ou não esboçavam reação alguma. Na construção deste projeto procuramos informar e orientar às meninas quanto a prevenção ao uso de drogas e suas consequências tanto a nível físico quanto psicológico e para a necessidade de dizer “NÃO” quando for ofertada para elas em seu cotidiano, já que as meninas não são privadas de liberdade, elas podem sair e entrar no abrigo, pois este é considerado pelo SUAS como medida protetiva especial.

É importante deixar claro que os três momentos de estágio (I, II e III) nos prepararam para o exercício profissional. Ressalto que, houve durante os referidos estágios uma aprendizagem gradual que culminou com o estágio III e, a execução do Projeto de Intervenção.

No que concerne, as dimensões da atividade profissional do “Assistente Social” que mantiveram correlação com a atividade desenvolvida destacamos as seguintes: “Dimensão Ético-Política” (No sentido de que na realização do estágio não podemos ser neutros, temos o compromisso de nos posicionar politicamente diante da realidade, para que assim possamos intervir nesta, e deste modo perceber quais ações adotar; “Dimensão Técnico-Operativa” (Esta dimensão engendra as diversidades de habilidades técnicas que foram necessárias por esta estagiárias para a consecução da atividade proposta) e; “Dimensão Teórica-Metodológica (A inserção e o cotidiano da estagiária no abrigo fez com que esta se inteirasse de uma gama teórica sobre abrigamento, suas normas técnica, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proporcionou o desenvolvimento desta dimensão, pois inseriu-se na realidade das abrigadas seja no dia-a-dia do abrigo, seja nas visitas realizadas às famílias das abrigadas).

No que tange aos limites e possibilidades encontradas durante o estágio destacamos que, o tempo exíguo foi um dos limites para melhor conhecer (individualizar) a realidade de cada uma das abrigadas. Já, no que concerne as possibilidades ressaltamos que o presente trabalho abriu um canal de dialogo entre o serviço social e as meninas do referido abrigo possibilitando uma efetiva intervenção social na vida destas, com foco na melhoria da qualidade de vida delas.

Esta proposta de intervenção foi apenas o início de um trabalho que precisa ser aprofundado diariamente por todos que compõem o abrigo Marinete Alves do Nascimento, para que se tenha o enfrentamento e a prevenção quanto ao uso de drogas. Por isso, enquanto sugestões propõem-se um trabalho contínuo no referido abrigo para que a semente que foi plantada possa florescer e, o tema do projeto se torne uma realidade: “Trabalhando com as meninas do abrigo Marinete Alves do Nascimento: drogas – ‘a melhor solução é a prevenção’”. Mãos a obra!

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, 2009.

\_\_\_\_\_. **LOAS (1993). Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/ DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispões sobre Estágio de Estudantes. Brasília/DF, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Viviane N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Questão Social no Capitalismo Contemporâneo**. In. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II. Nº 3. (jan./jul.2001). Brasília: Abepss, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina C. T. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. Serviço Social e Sociedade. n. 67. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da Questão Social**. In. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II. Nº 3 (jan./jul. 2001). Brasília: Abepss, 2001.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **Estágio supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão**. São Paulo: UNESP, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**, 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

Prevenção ao uso indevido de drogas / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos – Curitiba: SEED – Pr., 2008.- 152p. – (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 3).



PROENÇA, A. L. **Estudo e Parecer Social como Instrumentos Técnicos Operativos do Processo de Trabalho do Assistente Social nas Varas de Família, no Fórum da Capital.** (TCC Serviço Social — UFSC). Florianópolis, 2000.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 *que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.*

SPOSATI, A. O. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2004.

### SITES VISITADOS:

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf) acesso em 25 jul. 2015.

MACHADO, E. M. DOMINGOS, R. M. S. Disponível em <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/90Ros aMariaSoaresDomingos.pdf>> acesso em 25 jul. 2015.

Política Nacional sobre Drogas. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/>> acesso em 19 mai. 2015.

<http://www.justica.gov.br/> acesso em 19 mai. 2015.

<http://www.brasilecola.com/drogas/drogas-ilicitas.htm> acesso em 19 mai. 2015.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005), acesso em 25 jul. 2015.

[http://www.aracaju.se.gov.br/familia\\_e\\_da\\_assistencia\\_social/?act=fixo&materia=unidades\\_d\\_e\\_atendimento\\_da\\_assistencia\\_social](http://www.aracaju.se.gov.br/familia_e_da_assistencia_social/?act=fixo&materia=unidades_d_e_atendimento_da_assistencia_social) , acesso em 03 mai. 2016.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I: TEATRO DE FANTOCHE

Quando chegam as drogas na infância e na adolescência.

**Ana:** Dora, porque você está tão pensativa?

**Dora:** Estou pensando numa amiguinha que conheci ano passado na escola.

**Ana:** O que foi, Dora?!

**Dora:** Uma menina alegre, independente, esperta... que está muito debilitada.

**Ana:** Agora fiquei curiosa para saber o que aconteceu, Dora!

**Dora:** Ela não foi nada esperta: ficou dependente da cocaína e agora está muito mal. Ouvi falar de garotas da nossa idade que usam cocaína, crack e maconha e ficam aí largadas pelos cantos, sem querer nada com nada.

**Ana:** Isso não é nada legal! Dora, por que será que as pessoas usam droga? E será que tem jeito da sua amiga melhorar?

E o que a gente pode fazer?

**Dora:** Nós, crianças e adolescentes, não devemos aceitar coisas de pessoas estranhas e que se dizem amigas, mesmo que estas coisas sejam de graça. E se alguém nos oferecer droga, devemos contar isso para um adulto de nossa confiança.

**Ana:** Eu li que um dos fatores que influenciam muitos jovens a usar drogas são os problemas em casa.

**Dora:** Isso mesmo, Ana. Mas somos muito inteligentes, sabemos que a droga não vai acabar com nossa tristeza e muito menos resolver nossos problemas. Temos é que procurar quem cuida da gente... tia Lidiane, tia Carla, tio Jonathan, tia Rejane ou os educadores para conversar sobre nossas angústias, nossos medos ou o que nos causa tristeza.

E sempre ouço falar que os pais também precisam estar atentos, não é Ana?

**Ana:** Sim, os pais precisam ficar atentos e observar os lugares que os filhos frequentam, as companhias deles. Também devem ficar de olho para observar qualquer alteração física ou de comportamento. Mas é muito importante que os pais procurem sempre dialogar com os filhos, sem pressões ou agressões.

**Dora:** Os especialistas aconselham que os pais sejam compreensivos se o filho se envolver com drogas, pois se desesperar não vai resolver. É um momento que exige carinho, compreensão, tratamentos em clínicas de recuperação e acompanhamento médico.

**Ana:** Dora, a força de vontade e a motivação são importantes para o início do tratamento, não é?

**Dora:** Com certeza, Ana. Contudo, é fundamental o acompanhamento técnico adequado para que a mudança aconteça.

**Ana e Dora:** Por isso crianças digam: NÃO ÀS DROGAS.

**APÊNDICE II: FICHA DE AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
REFERENTE AO PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR  
SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO.**

FICHA DE AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENTE AO  
PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015. Idade: \_\_\_\_ anos.

PALESTRA



Gostei muito



Gostei



Não Gostei

VÍDEO



Gostei muito



Gostei



Não Gostei

TEATRO DE FANTOCHE



Gostei muito



Gostei



Não Gostei

LANCHE



Gostei muito



Gostei



Não Gostei

Pinte ou marque um com X na carinha que desejar.

**APÊNDICE III: FICHA DE AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, COORDENAÇÃO DO ABRIGO E SUPERVISORA PEDAGÓGICA REFERENTE AO PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO.**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, COORDENAÇÃO DO ABRIGO E SUPERVISORA PEDAGÓGICA, REFERENTE AO PROJETO DE INTERVENÇÃO: DROGAS – A MELHOR SOLUÇÃO É A PREVENÇÃO.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

- 1- Os objetivos da proposta aplicada foram alcançados?  
(        ) Não. O que ficou faltando?  
(    ) Sim \_\_\_\_\_
- 2- Houve clareza na exposição das informações?  
(        ) Sim      (        ) Não.
- 3- As crianças e adolescentes do abrigo participaram do projeto de intervenção?  
(        ) Sim      (        ) Não.
- 4- A palestra e o teatro de fantoches conseguiram atrair a atenção das abrigadas?  
(        ) Sim      (        ) Não.
- 5- Houve algum posicionamento desrespeitoso ou não recomendado durante a aplicação do projeto?  
(        ) Sim      (        ) Não.

**APÊNDICE IV: OFÍCIO AO SUPERINTENDENTE DO SESI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Ofício s/nº / 2015

Aracaju, 20 de maio de 2015

Ao Ilustríssimo Senhor,

Através deste solicito a vossa senhoria a doação de 20 (vinte) camisas de diferentes tamanhos para serem utilizadas no Projeto de Intervenção: Trabalhando com as meninas do abrigo Marinete Ales do Nascimento: drogas- “a melhor solução é a prevenção”.

Este projeto tem como público alvo crianças e adolescentes com faixa etária de 07 (sete) a 17 (dezesete) anos institucionalizadas no abrigo em questão, situado à Rua Andréia Oliveira Passos, nº 61, conjunto Aperipê, bairro Getúlio Vargas, em Aracaju/ SE.

Além disso, ressaltamos que a finalidade que almejamos com a aplicação do referido projeto é a de informar, orientar e trabalhar a prevenção quanto ao uso de drogas ilícitas em crianças e adolescentes abrigadas no abrigo Marinete.

Destarte, como fora informado acima, solicitamos na medida do possível a doação das vinte camisas para serem entregues a estas crianças e adolescentes participantes do projeto, se possível na próxima sexta-feira (22/05/2015) para que possamos separá-las por tamanho e entregá-las ao público alvo participantes do projeto para que possam comparecer no dia 26 de maio de 2015 das 07:00 às 12:00 horas já vestidas com elas para a execução do projeto de intervenção.

Sem mais a tratar e certa de contar com a vossa prestimosa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Keeze Montalvão Fonseca da Silva  
CPF: 777.392.215-20  
Fone: (79) 8818-8710

Ao Ilmº Sr.  
ACRÍSIO CAMPOS  
SUPERINTENDENTE DO SESI  
NESTA

**APÊNDICE V: OFÍCIO AO CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO DO CFAP**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Ofício s/nº / 2015

Aracaju, 27 de agosto de 2015

Ao Ilustríssimo Senhor,

Através deste solicito-vos o empréstimo de 01 (um) Projetor Multimídia para que seja utilizado na apresentação do Projeto de Intervenção intitulado “Trabalhando com as meninas do abrigo Marinete Alves do Nascimento – Drogas: “a melhor solução é a prevenção”. Ressalto que a referida atividade visa prevenir e conscientizar as meninas do citado abrigo sobre os males das drogas. A atividade está sendo desenvolvida por esta solicitante que é aluna da disciplina Estágio Supervisionado II, do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Ciente da compreensão e atendimento do pleito desta solicitante, desde já agradece.

Atenciosamente,

Keeze Montalvão Fonseca da Silva  
CPF: 777.392.215-20  
Fone: (79) 8818-8710

Ao Sr. Cap. PM  
EDSON OLIVEIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão de Ensino do CFAP  
NESTA

**APÊNDICE VI: FOTOGRAFIAS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.**

**FOTO 1-PALESTRA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**



**Descrição:** Crianças que são atendidas pelo abrigo

**FOTO 2: SUPERVISORA PEDAGÓGICA (A ESQUERDA) E SUPERVISORA DE CAMPO (A DIREITA)**



**Descrição:** No dia da execução do Projeto de Intervenção

**FOTO 3: DE ALGUMAS ABRIGADAS DURANTE O EVENTO JUNTO COM A EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO.**



**Descrição: Da esquerda para a direita – estagiária, palestrante, 4 meninas do abrigo, ao fundo supervisora pedagógica, à frente supervisora de campo e uma abrigada.**

**FOTO 4: FOTO IDÊNTICA À ANTERIOR SÓ QUE EM OUTRA POSIÇÃO.**





**FOTO 5: DURANTE A PALESTRA**



**Descrição:** À esquerda o assistente social do abrigo.

**FOTO 6: DURANTE A PALESTRA**



**Descrição:** À frente a pedagoga e ao fundo o assistente social (ambos do abrigo).

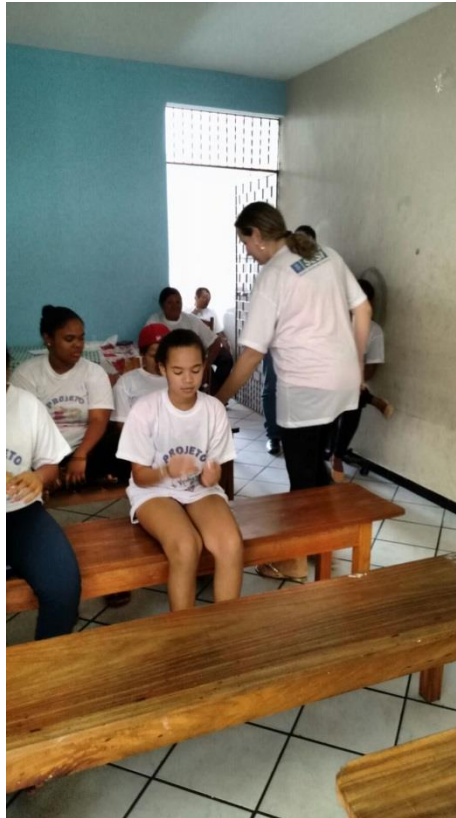
**FOTO 7: TEATRO DE FANTOCHE**



**FOTO 8: TEATRO DE FANTOCHE**



**Descrição: Execução do teatro de fantoche.**

**FOTOS 9: DURANTE PALESTRA****FOTO 10**

**FOTO 11****FOTO 12**



FOTO 13



FOTO 14



Descrição: fotos de 09 a 14 - são do público alvo durante a palestra sobre as drogas.

